

**GOVERNO DO ESTADO  
DE MATO GROSSO**

# **MATO GROSSO MELHOR PARA TODOS**

**OLHAR PARA O FUTURO  
ATITUDE PELO DESENVOLVIMENTO  
PRÓXIMO DO CIDADÃO**

**GOVERNADOR  
WELLINGTON FAGUNDES  
VICE-GOVERNADORA  
SIRLEI THEIS**

**COLIGAÇÃO  
A FORÇA DA UNIÃO**

**PR, PV, PRB, PCdoB, PP, PTB, PT, PMN, PROS, PODEMOS**



# SUMÁRIO

COMPROMISSO COM MATO GROSSO.....	3
MATO GROSSO: QUEM SOMOS, COMO SOMOS, ONDE ESTAMOS .....	5
VISÃO, OBJETIVO, DIRETRIZES E PRINCÍPIOS .....	15
EIXOS ESTRUTURANTES DE DESENVOLVIMENTO.....	18
Mato Grosso Produtivo, Competitivo, Sustentável .....	19
Mato Grosso Melhor para as Pessoas.....	28
GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE E EFETIVA .....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
ANEXO - Propostas de Ações Essenciais .....	49



***COMPROMISSO  
COM MATO  
GROSSO***



*Mato Grosso compartilha com a nação brasileira um momento de sérios desafios e, ao mesmo tempo, de inéditas oportunidades para realizar profundas mudanças em direção a um desenvolvimento para o progresso de todos.*

*Desafio e oportunidade de superar o atual abismo que vemos entre Estado e cidadãos, entre governantes e governados. Esse ambiente de polarização, rancores e radicalismos que transforma diferenças de opiniões e pontos de vista, absolutamente naturais, em impasses raivosos, o que restringe o avanço da nossa sociedade rumo à conciliação, à prosperidade e ao bem-estar de todos.*

*Na democracia, que historicamente defendemos e queremos preservar e aperfeiçoar, a solução para os problemas coletivos está na política, exercida com decência, transparência, moderação, respeito ao próximo e com muita firmeza de propósitos.*

*Vivemos em um estado jovem e dinâmico, com natureza diversificada, exuberante, encantadora e de imensas potencialidades. A isso se soma a capacidade realizadora do nosso povo mato-grossense, cuja grandeza reside no caráter acolhedor, na pluralidade da formação histórica e cultural e na esperança de ingressar em um novo ciclo de desenvolvimento econômico e humano.*

*Desenvolvimento que beneficie, de fato, a todas as regiões e a todos os setores da sociedade, corrigindo distorções e desequilíbrios. Desenvolvimento para o qual o governo funcione como alavanca. E não como entrave.*

*A experiência de 27 anos na vida pública, representando o nosso povo e o nosso estado, graças à reiterada confiança dos cidadãos e das cidadãs de Mato Grosso, fortalece a minha convicção de que aquilo que falta para transformar essas expectativas em realidade traduz-se em: Diálogo, Parcerias, Trabalho.*

*É com esse princípio, e motivado para lutar incansavelmente por um estado melhor para todos, que sou candidato ao governo de Mato Grosso. Se Deus e os eleitores me concederem a honra de governar nosso estado, o farei olhando para a frente, com atitude pelo desenvolvimento e próximo do cidadão, com planejamento, responsabilidade e foco na entrega efetiva de resultados para a população.*

*Afinal, governar é chegar antes, é estar sempre perto das pessoas, é demonstrar, na prática, o cuidado com todos. É promover o diálogo, a parceria e a cooperação de todos em prol do bem comum.*

*Convido cada um e todos que vivem em Mato Grosso a participarem dessa mudança em busca de um amanhã com prosperidade, justiça e melhores oportunidades para todos.*

*Essa participação começa agora e há de se estender dia a dia para juntos fazermos o Mato Grosso que queremos, um estado melhor para todos!*

**Wellington Fagundes**



***MATO GROSSO:  
QUEM SOMOS,  
COMO SOMOS,  
ONDE ESTAMOS***

“No pantanal ninguém pode passar régua.  
Sobremuito quando chove.  
A régua é existidura de limite.  
E o pantanal não tem limites.”

*Manoel de Barros*

## QUEM SOMOS

Para compreender quem somos, precisamos fazer uma incursão em nossa história, ainda que resumida e breve, que nos relembre que somos o resultado das experiências de colonização, de povoamento e de migrações que vieram se juntar à população indígena originária destas terras.

O território do estado de Mato Grosso teve sua ocupação iniciada em 1525 – no registro de Pedro Aleixo Garcia, responsável pelas primeiras expedições de exploração do local. Tem-se a referência histórica de que as primeiras incursões no território mato-grossense se deram na passagem de ida em direção à Bolívia, seguindo as águas dos rios Paraná e Paraguai.

Portugueses e espanhóis são atraídos, posteriormente, à região em busca das riquezas auríferas encontradas naquelas terras pouco exploradas. Na esteira dessas notícias, também vieram jesuítas espanhóis que construíram missões na região.

Dessa forma, o povoamento foi estimulado pela descoberta de jazidas de ouro. Destaca-se a atuação dos portugueses, que ocuparam a região ainda que excedendo os limites geográficos definidos no Tratado de Tordesilhas. O entorno de Vila Bela da Santíssima Trindade, às margens do Rio Guaporé, foi localidade central no cenário do início da colonização e capital no período colonial. As fronteiras foram redefinidas pelo Tratado de Madri, assinado em 1750, e de Santo Ildefonso, em 1777. Por esses dois pactos, a região passou oficialmente à posse da Coroa portuguesa.

O nome Mato Grosso originou-se de uma grande extensão de terras, perfazendo sete léguas cobertas de mato alto, espesso, quase impenetráveis, nas margens do rio Galera. O porte das árvores e emaranhado da vegetação secundária, o que dificultava o desbravamento, levou os bandeirantes a denominarem de Mato Grosso esta porção de terra e fundaram as Minas de São Francisco Xavier. Toda a região próxima, pontilhada de arraiais de mineradores, acabou ficando conhecida como as Minas do Mato Grosso.

O nome foi conservado quando a região foi elevada à condição de capitania e reafirmado com a independência do Brasil em 1822, quando passou a ser a Província de Mato Grosso. Com a República, em 1889, passou a se chamar oficialmente Estado de Mato Grosso

A história de Mato Grosso no período colonial – nossa origem – foi momento de importante definição porque o Brasil defendeu o seu perfil territorial e consolidou a sua propriedade e posse até os limites dos rios Guaporé e Mamoré.

Durante o período imperial, ocorreu a oficialização de Cuiabá como capital da província e a Guerra da Tríplice Aliança, que eclodiu entre as nações sul-americanas, deixou marcas profundas na compleição do estado e influenciou a formação da sociedade mato-grossense nos séculos subsequentes.

Ainda no século XIX, a extração de ouro entrou em declínio, a economia sofreu um revés e o crescimento demográfico estagnou. Nesse ambiente de crise, militares e civis deram início a um movimento separatista em 1892 contra o governo do então presidente marechal Floriano Peixoto. O movimento acabou sendo sufocado pela intervenção do governo federal.

A economia do estado voltou a melhorar com a implantação de estradas de ferro e de linhas telegráficas, época em que começaram a chegar seringueiros, cultivadores de erva-mate e criadores de gado.

Já no século XX, as condições da economia mato-grossense consolidaram-se com as casas comerciais de exportação/importação, as usinas de açúcar e o extrativismo vegetal com a poaia, a erva-mate e o látex.

A essas atividades vieram juntar-se o extrativismo mineral, retomando a experiência da extração de ouro, desta feita com os diamantes; o incremento da atividade pecuária, de característica mais internacionalizada; a expansão das casas comerciais na exportação de matéria-prima por meio fluvial; e o aparecimento dos primeiros postos bancários.

Politicamente, Mato Grosso teve uma participação peculiar no Movimento Constitucionalista de 1932, no qual setores conservadores e liberais da porção meridional do estado apoiaram o levante de São Paulo. Cuiabá, por sua vez, permaneceu fiel ao governo central do Presidente Getúlio Vargas.

Pouco tempo depois, verificou-se uma retomada da exploração de diamantes, iniciada no século XIX, instaurando um segundo ciclo dessa atividade de exploração em Mato Grosso. A atividade nas antigas minas recomeçou com a chegada de contingentes migratórios vindos do Nordeste brasileiro.

A política de colonização de Getúlio Vargas, no marco do programa Marcha para o Oeste, implantou a política colonizadora, inaugurando uma nova fase da economia de Mato Grosso. O programa teve como objetivo ocupar, povoar e integrar as regiões de Goiás, Mato Grosso e Amazonas e demais localidades dispersas ao restante do país.

A partir de 1950, incorporou-se outro objetivo aos já existentes: inclusão da fronteira agrícola da região à economia nacional, com dupla aspiração: de um lado, absorver excedentes populacionais de outras regiões brasileiras; e, de outro, ocupar terras por meio da colonização privada.

A construção de Brasília possibilitou a abertura de rodovias na região e, a mudança da capital, atraiu correntes migratórias em função de melhora nas condições de deslocamento em direção ao Brasil Central e à Amazônia.

O regime militar retomaria a política de colonização na perspectiva de integrar as regiões Norte e Centro-Oeste às partes habitadas do Brasil, com fundamento na doutrina de Segurança e Desenvolvimento – “Integrar para não Entregar”. A partir de 1964, ampliaram-se as condições de ocupação das terras, com o governo federal oferecendo incentivos fiscais e crédito facilitado, possibilitando a instalação de propriedades cujos interessados mostrassem ter poder de compra e condições de endividamento.

Os projetos de colonização a partir da década de 70 foram predominantemente privados e trouxeram do Sul do país produtores que replicaram, em Mato Grosso, o modelo de ocupação e aproveitamento econômico ao qual estavam afeitos.

Essas experiências de colonização, somadas aos avanços tecnológicos promovidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer- MT) e iniciativa privada, fundaram cidades, promoveram a venda de lotes urbanos e rurais e, principalmente, atraíram colonizadores dotados de capital suficiente para empreender.

Essa recente expansão econômica em Mato Grosso, baseada na colonização, adensou mais ainda nossa formação social. Nós, mato-grossenses, herdamos um grande e diversificado legado cultural, além de extraordinária pluralidade étnica.

Em 1977, o estado é desmembrado em dois: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o objetivo de redimensionar um extensíssimo território em proporções mais administráveis. A porção que permaneceu como Mato Grosso demandou grandes esforços para a colonização, a recuperação e a reorganização econômica. Ao fim e ao cabo, foi possível consolidá-las.

Mato Grosso tem recebido importantes fluxos migratórios nas últimas décadas em consequência da expansão da fronteira agrícola, principalmente na mesorregião do norte mato-grossense. Desta feita, o perfil étnico da população do estado é bastante diversificado, composto por: pardos (55,2%), brancos (36,7%), negros (7%) e indígenas (1,1%).

A população indígena concentra-se no Parque Nacional do Xingu, que abrange 10 municípios e onde se agrupam em tribos que, dentre outras tradições culturais, preservam o ritual realizado em homenagem aos seus mortos denominado Kuarup. Em Mato Grosso, vivem representantes de 59 povos indígenas, representantes dos troncos linguísticos Tupi e Macro-Jê.

A cultura mato-grossense é fruto de nossa história de integração entre diversas etnias, um misto de influências indígenas, negras, bem como os imigrantes portugueses e espanhóis. Essa diversidade pode ser percebida na música, como o cururu, dançado ao som da viola de cocho, ganzá e mocho. Também são típicos do estado o siriri e o rasqueado. Esses ritmos resultam de uma mistura de sons indígenas, africanos e ibéricos.

Na gastronomia, temos o mesmo padrão de rica diversidade. Da herança das culturas indígenas, africanas e ibéricas e das condições encontradas localmente, desenvolvemos iguarias como o pacu assado com farofa e couve, a farofa de banana-da-terra e o arroz com carne seca.

Enfim, quem somos: uma extraordinária pluralidade étnica que, ao longo do tempo, somamos esforços e juntos construímos esse Mato Grosso.

## COMO SOMOS

Mato Grosso, no centro da América do Sul e no intermédio entre os oceanos Pacífico e Atlântico, é o terceiro maior estado brasileiro e o maior da região Centro-Oeste em extensão territorial, com cerca de 900 mil km<sup>2</sup> de superfície. Faz divisa com os estados do Amazonas, Pará, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul e Rondônia, além de fronteira com a Bolívia.

É habitado por cerca de 3.344.600 pessoas (19º estado mais populoso), ficando em 25º entre as 27 unidades da Federação em densidade demográfica (3,36 habitantes por km<sup>2</sup>). Somos 1,6% da população brasileira e 21% da população do Centro Oeste. A população cresce a uma taxa média de 1,9% ao ano. Em virtude de sua enorme extensão geográfica e uma população relativamente pouco numerosa, a baixa densidade demográfica traduz-se em grandes “vazios” populacionais, contrastando com as áreas urbanas nas quais residem cerca de 82% dos mato-grossenses.

Somos em 141 municípios que, na sua maioria, contam com menos de 20 mil habitantes. Com população superior a 100.000 habitantes, temos quatro municípios: Cuiabá – o mais povoado com 600 mil habitantes –, Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop; e outros seis municípios: Tangará da Serra, Cáceres, Sorriso, Primavera do Leste, Barra do Garças e Alta Floresta com mais de 50.000 habitantes.

O relevo é pouco acidentado (altitudes médias entre 400 e 800 metros), composto por planaltos e chapadas em sua região central, planaltos residuais ao Norte, depressões e planícies pantanosas a Sudoeste, onde se encontra grande parte do Pantanal, uma das maiores riquezas em biodiversidade do planeta e maior planície alagada do mundo.



Predominam os climas tropical super-úmido de monção, com altas temperaturas (médias anuais acima de 24° C) e elevada pluviosidade (mais de 2.000 mm/ano), e o tropical, com a ocorrência de chuvas de verão e altas de temperatura que podem superar 40° C, e invernos mais secos, quando a umidade relativa do ar se reduz significativamente.

Mato Grosso possui uma das mais abundantes reservas de água doce do mundo, graças à presença de grandes bacias hidrográficas: Amazônica, Platina e Tocantins. Dentre nossos principais rios, estão o Araguaia, Cuiabá, das Mortes, Juruena, Paraguai, São Lourenço, Teles Pires e Xingu.

Assim como nossa pluralidade étnica, o mosaico ambiental de Mato Grosso é diversificado e rico. O estado abriga em seu território três Biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal. O Bioma Amazônia, de maior dimensão, ocupa uma área de 478 mil Km<sup>2</sup>, que corresponde a mais da metade do território estadual (52,9%), situado na porção Norte do estado, com predomínio do clima quente, chuvas abundantes e vegetação florestal com grande e rica biodiversidade.

O Bioma Cerrado, presente em 40,6% da área estadual, o que equivale a 367 mil Km<sup>2</sup>, predomina na região central e compõe-se de formações florestais esparsas entre grandes áreas savânicas.

O Bioma Pantanal, localizado ao Sul, com formações florestais diversificadas, dinâmica sazonal (cheia periódica dos rios) e, também, grande biodiversidade de reconhecimento internacional, ocupa uma área de 58 mil Km<sup>2</sup>, correspondente a 6,4% do tamanho do estado.

Contudo, quando se observa a divisão municipal, 93 municípios dos 141 têm a presença de forma principal ou secundária do Bioma Amazônia. No Bioma Cerrado essa presença principal ou secundária ocorre em 92 municípios enquanto no Bioma Pantanal em 15 municípios, mostrando a forte intersecção, presença e impacto dos municípios no ambiente e vice-versa. Como exemplos dessa interação, nos municípios de Cáceres, Pontes e Lacerda e Porto Esperidião encontram-se os três biomas; já o Cerrado e Pantanal estão presentes, simultaneamente, nos municípios de Poconé, Itiquira e Santo Antônio do Leverger; enquanto Ribeirão Cascalheira, Brasnorte e Sorriso são exemplos da presença concomitante dos biomas Cerrado e Amazônia.

Atualmente, Mato Grosso está entre os principais produtores de gado bovino de corte do Brasil e é um importante centro de agronegócio, com destaque no plantio de soja, milho, algodão, cana-de-açúcar e insumos para a transformação em biodiesel.

No setor mineral, lembro que nosso estado nasceu sob o signo do aproveitamento de suas vastas riquezas minerais. A origem de Cuiabá remonta às expedições bandeirantes, que tinham como finalidade a descoberta e extração de ouro. Outros núcleos de povoamento, como Cáceres, Diamantino, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Rosário Oeste e Vila Bela da Santíssima Trindade, surgiram a partir da exploração mineral. A descoberta de jazidas de diamantes originou outras localidades como Araguinha, Barra do Garças, Dom Aquino, Nortelândia, Paranatinga, Poxoréu e Torixoréu.

Atualmente, de acordo com levantamentos da Companhia Mato-Grossense de Mineração (Metamat), somos o terceiro maior produtor de ouro e o segundo de diamantes no Brasil, além de dispor de potencial de exploração de reservas de calcário, quartzo e pedras coloridas.

O turismo desempenha papel de relevo na economia mato-grossense: a exuberância da natureza atrai milhares de pessoas ao Pantanal e à região da Chapada dos Guimarães, entre outros destinos turísticos mais recentes. Em todo o estado, existem inúmeras quedas d'água disponíveis para visitação e contemplação.

## ONDE ESTAMOS

Mato Grosso destaca-se no cenário nacional e internacional como potência agrícola. Este ano, a previsão é alcançar 31 milhões de toneladas de soja, 24 milhões toneladas de milho, 20 milhões toneladas de cana-de-açúcar; 3 milhões toneladas de algodão e mais de 500 mil toneladas de arroz. Os números são do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE. Não bastasse o expressivo ambiente da agricultura, a pecuária de Mato Grosso também desponta, pois temos o maior rebanho bovino do Brasil, com mais de 30 milhões de cabeças de gado. A Pesquisa Pecuária Municipal 2016, também do IBGE, também revela que o estado possui mais de 63 milhões de cabeças de aves e mais de 2,5 milhões de suínos.

São vários os fatores que transformaram o agronegócio na grande força econômica de Mato Grosso e representam as grandes oportunidades para o setor continuar crescendo: áreas com excelente capacidade de produção; grande possibilidade de expansão (especialmente no Araguaia e no Norte do Estado); e grande potencial de aumento da produtividade com a utilização de tecnologia desenvolvida pela Embrapa e a iniciativa privada.

A produtividade das culturas agrícolas de Mato Grosso evoluiu significativamente dos anos 80 até os dias de hoje. Conforme dados da Conab, Sefaz-MT e Fundação Ivete Vargas, a produtividade da soja passou de 1,66 para 3,18 ton/ha, a do milho de 1,71 para 5,98 ton/ha, a do algodão de 1,10 para 2,42 ton/ha e a da cana de açúcar de 49,97 para 73,20 ton/ha, graças à qualidade das terras aliada ao desenvolvimento de tecnologias agrícolas.

Devemos atentar, no entanto, para fatores que inibem uma melhor performance do agronegócio em Mato Grosso. Mesmo considerando que há um terminal ferroviário na região Sul de Mato Grosso, até Rondonópolis, o transporte pelo maior espaço produtor de grãos no estado dá-se por meio de caminhões.

O principal eixo de escoamento da produção de Mato Grosso continua sendo a rodovia BR-364, que não sofreu profundas transformações passados quarenta anos, mesmo considerando diversos trechos duplicados nos últimos anos. Para melhor entendimento da importância disso, basta constatar que, em 1980, havia no estado 6.332 unidades de cargas (majoritariamente caminhões), já em 2016, segundo o Denatran, eram 174.620. A esse fato soma-se que boa parte dos caminhões de carga que transportam a produção mato-grossense é de veículos de outras unidades da federação.

Mas se, por um lado, com sua matriz econômica basicamente primário-exportadora, o estado representa apenas 1,8% do PIB do Brasil e 18,5% do PIB do Centro Oeste; por outro, as exportações têm grande expressão no total nacional. Em 2017, responderam por 7% do total das exportações brasileiras.

A agropecuária mato-grossense tem contribuído decisivamente para “segurar” a balança comercial do País. Atualmente, Mato Grosso é campeão nacional na produção de soja, milho e algodão, além de possuir o maior rebanho bovino do Brasil. Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC – e da Fundação Ivete Vargas, entre 2011 e 2015, o crescimento das exportações de oito dos principais produtos do agronegócio de Mato Grosso subiu de US\$ 10,7 bilhões para US\$ 12,7 bilhões (18,7%), com incremento de volume de 21,2 milhões de toneladas para 35,4 milhões de toneladas exportadas (67%) no período.

Ao observarmos o perfil atual da economia de Mato Grosso, fica evidente a dependência que o estado tem do agronegócio. Conforme dados da Sefaz-MT e Fundação Ivete Vargas, em 2017 o Faturamento Bruto dos segmentos soja, pecuária, algodão, madeira e arroz somaram R\$ 73,9 bilhões (50%) do total do PIB estadual.

Essa situação reforça a necessidade de Mato Grosso agregar valor em seus fatores de produção. Isso passa pelo aumento do investimento no desenvolvimento e qualificação do potencial humano, na pesquisa

e inovação, na tecnologia, no desenvolvimento, verticalização e diversificação de cadeias produtivas, na infraestrutura, no transporte multimodal e na logística.

A diversificação da matriz de desenvolvimento de Mato Grosso já começou a ocorrer. Investimentos em prospecção mineral, por exemplo, e em outros segmentos, como o turismo, os serviços, a economia das florestas e as inovações (centros de desenvolvimento de tecnologia) também podem ser estimulados e ganhar representatividade cada vez maior na economia estadual.

Também estrategicamente muito importante para o crescimento sustentável do estado, a agricultura familiar precisa de atenção e profunda reorganização, especialmente nos mecanismos de regularização fundiária, de financiamento e assistência técnica.

No ambiente econômico, a inflação no Brasil, segundo o IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, medido pela FGV), acumulada entre janeiro de 2011 a dezembro de 2017, foi 46,10%. Por outro lado, segundo o Balanço Geral do Governo MT, a receita total do estado de Mato Grosso, no mesmo período, cresceu 79,6%, passando de R\$ 11,7 bilhões para R\$ 21,1 bilhões, com destaque para a arrecadação de ICMS que, nesse período, aumentou 83,2%, passando de R\$ 4,9 bilhões para R\$ 9,0 bilhões.

Todavia, é preocupante a gestão das finanças públicas em Mato Grosso. As despesas com pessoal (pagas), incluindo os inativos, aumentaram 93,9% no mesmo período, subindo de R\$ 5,45 bilhões para R\$ 10,6 bilhões.

Ainda segundo o Balanço Geral do Governo MT, no último triênio, a receita total cresceu 20,3%, o faturamento com ICMS cresceu 29,3%, porém as despesas com pessoal aumentaram 33,3%.

Em 2017, a receita total atingiu R\$ 21,1 bilhões e a receita líquida R\$ 16,5 bilhões, enquanto a despesa total alcançou R\$ 18,2 bilhões, gerando um déficit financeiro anual de R\$ 1,6 bilhão.

Do total de despesas foram pagos cerca de R\$ 15,3 bilhões, dos quais R\$ 10,6 bilhões em gastos com pessoal (incluindo inativos) e apenas R\$ 719 milhões em investimentos. Ou seja, 63% e 4,5% da receita líquida, foram gastos respectivamente, com pessoal e investimentos. Além disso, foram contabilizados como restos a pagar, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 3,2 bilhões, sendo que 30% desse valor referem-se a pessoal e encargos.

É importante destacar que os investimentos públicos do governo do estado, ainda que em níveis muito baixos para as necessidades de Mato Grosso, só estão acontecendo graças ao Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), que arrecadou R\$ 1,35 bilhão em 2017. Os municípios também encontram na parte que lhes cabe do Fethab um fôlego para respirar na administração de sua também difícil situação fiscal.

Com relação às dívidas do governo, a performance do estoque da dívida pública fundada da administração direta encerrou o ano de 2017 com R\$ 6,57 bilhões. Em dezembro de 2016, estava em R\$ 6,78 bilhões, o que implica em redução de R\$ 219 milhões no estoque de dívida. Foi pago, no ano passado R\$ 1,0 bilhão, sendo R\$ 653 milhões de amortização e R\$ 379 milhões de juros e encargos. A composição da dívida mostra que 17,2% são com credores internacionais e 82,8% relacionados à dívida interna. A parte relativa às obras da Copa do Mundo 2014 representa 12,8% do total.

O déficit financeiro de R\$ 1,6 bilhão que o balanço do governo apresenta ao final de 2017 parece embutir uma grande ameaça: o déficit com a previdência. Mesmo que os números da previdência estadual (MT-Prev) não sejam claros, o que demonstra fragilidade dos mecanismos de transparência do governo e de análise da situação, apura-se, por exemplo, que o patrimônio líquido do governo de Mato Grosso caiu de R\$ 30,6 bilhões ao final de 2016 para R\$ 7,24 bilhões em dezembro de 2017. Apresentou, portanto, uma preocupante redução de R\$ 23,37 bilhões, fruto de diversas avaliações patrimoniais que repercutem nas provisões previdenciárias do MT-Prev.

O conhecimento da realidade de todo o Mato Grosso e de seus fatores de produção, para além do poder público, apresenta desafios, oportunidades, fortalezas, ameaças e fragilidades que requerem do governante a capacidade de diálogo, de construir parcerias e de trabalho incansável.

De um lado, deparamo-nos com uma combinação virtuosa que pode fazer de Mato Grosso um importante “player” no cenário mundial, fruto de algumas de suas principais oportunidades e fortalezas, como:

- Economia dinâmica: atualmente, o agronegócio é a principal matriz produtiva, e ainda há diversas outros setores com possibilidade de crescimento, como a mineração, o turismo, a agricultura familiar, os serviços e a inovação, que podem incrementar os já sucessivos aumentos na sua receita;
- Servidores públicos do Estado com bom nível de qualificação profissional;
- Diversidade dos biomas, grande produtividade da terra, do subsolo e do extrativismo vegetal;
- Mato Grosso está sobre uma das maiores reservas de água do mundo; e
- Instituições públicas e também as privadas, como as associações e sindicatos patronais e de trabalhadores, estão fortalecidas e compensam, de alguma forma, as deficiências do atual governo do estado, que tem funcionado mais como entrave ao desenvolvimento.



Por outro lado, são conhecidas também as ameaças e fragilidades principais, como:

- Falta de planejamento e de diálogo que se reflete numa série de mazelas como: VLT parado, repasses para a saúde atrasados, não cumprimento da Revisão Geral Anual (RGA), gastos incoerentes e, às vezes, abusivos – como, por exemplo, o orçamento da ordem de R\$ 140 milhões/ano para empresa estatal de tecnologia de informação e, ainda, contratação de mais de R\$ 6 milhões ao mês com empresas terceirizadas para soluções tecnológicas ao governo), casos variados de corrupção, frequentes contratos com dispensa de licitação, pouca capacidade de investimentos e o constante aumento no déficit público;



- Renúncias fiscais que aumentaram de R\$ 1 bilhão em 2014 para R\$ 3,6 bilhões em 2017, mesmo sem as empresas apresentarem contrapartida (programáticas) e o valor das não programáticas não ter controle;
- Déficit divulgado na previdência estadual, mas sem a necessária e imprescindível transparência dos números;
- Maior carga tributária do Brasil, segundo relatório do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o que, ao invés de atrair empresas, as tem afugentado; e
- Queda de posições nos últimos anos no “Ranking de Competitividade dos Estados Brasileiros”, assinado pela conceituada revista inglesa *The Economist*.



A gestão ineficiente e retrógrada do governo estadual impede que Mato Grosso se desenvolva de acordo com suas potencialidades. Campeão na produção agrícola, único em belezas naturais e com sua cultura diversificada, esse é o Mato Grosso que nos orgulha. Quando olhamos para os grandes números, encontramos razões para confirmar a nossa admiração pelo nosso estado. Um estado grande, tanto em suas dimensões territoriais continentais quanto na riqueza natural, com três ecossistemas. Um estado rico: economia pujante, ambiente de oportunidades. Um estado acolhedor: população diversificada, plural e trabalhadora.

Mas existe uma outra dimensão, paralela aos motivos que nos dão orgulho. O estado da pujança agropecuária é o mesmo Mato Grosso com:

- Enorme carência de infraestrutura e logística adequadas, penalizando os custos de produção no estado;
- Servidores públicos desprestigiados pelo governo, mesmo diante de uma população carente necessitando, cada vez mais, de atendimento de qualidade; e
- Indicadores sociais em níveis alarmantes, num claro sinal de que a prosperidade não está chegando à toda população. Saúde, educação, segurança e distribuição de renda deixaram de ser prioridade para se tornarem enormes problemas.

A situação dos municípios preocupa ainda mais. Os números apontam que grande parte dos municípios de Mato Grosso está com seus indicadores de crescimento estagnados, reduzidos ou moderados, ou seja, as desigualdades regionais persistem.

O diagnóstico econômico, social e ambiental dos 141 municípios do Estado, através do Índice de Crescimento Sustentável dos Municípios (ICSM)<sup>1</sup> mostra o efeito perverso que a falta de atividades econômicas, na maioria dos municípios, causa nos indicadores sociais locais.

Dentre as diversas conclusões que o ICSM sugere, está a de que os municípios com atividades econômicas menos dinâmicas, geralmente onde prevalece a pecuária, acabam sendo muito dependentes da economia do setor público, tendo as prefeituras como maiores empregadores.

São esses os municípios que têm os maiores percentuais de famílias utilizando o programa Bolsa Família e contam com os menores PIBs per capita. Assim, os seus cidadãos quase sempre sobrevivem com os menores salários médios e os piores indicadores de saúde e educação.

Sob esse aspecto, podemos destacar os extremos que convivem em Mato Grosso, como, por exemplo, a nossa Porto Estrela, um dos municípios considerados com economia estagnada, que tem 48% de suas famílias dependentes do programa “Bolsa Família”, enquanto na nossa Nova Mutum, considerada como com economia próspera, tem apenas 8%.

Além desse, existem outros indicadores bastante negativos; citemos dois deles: segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento do Ministério das Cidades, em 2015 apenas 23,5% das residências no estado dispunham de saneamento básico e, de acordo com as Nações Unidas, Mato Grosso tem o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os estados do Centro-Oeste brasileiro.


O desempenho de nossos alunos do ensino médio aferido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o pior da região Centro-Oeste. Mato Grosso puxa a média regional para baixo, além de ter desempenho inferior à média nacional. Também ficamos para trás dos outros estados do Centro-Oeste com relação ao indicador de aprendizado. Segundo o Ministério da Educação, 41% das unidades de ensino que são de responsabilidade do estado se encontram em estado de atenção, enquanto 22% foram avaliadas como em estado de alerta e com tendência a piorar.

Uma das consequências da precariedade da educação pública é sentida no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Infelizmente, Mato Grosso não tem nenhuma cidade entre as melhores para se viver no Brasil. Pelo contrário: a nossa Novo Santo Antônio ocupa o 5491º lugar no ranking de 5.500 municípios brasileiros, e nossa colocação no ranking do saneamento básico está entre as piores.

É desse Mato Grosso que precisamos cuidar urgentemente. Segmentos marginalizados da população devem, obrigatoriamente, ser inseridas no novo ciclo de desenvolvimento que queremos construir. Mato Grosso tem as condições para melhorar suas vidas, mas falta ouvir a população, dialogar com todos, planejar e priorizar, enfrentar as conjunturas adversas, estimular parcerias e trabalhar muito.

Estamos no momento de mudar, de olhar para o futuro com atitude pelo desenvolvimento, de estar perto do cidadão e de construir um novo ciclo de crescimento econômico e humano. Enfim, este é o momento de construir um **MATO GROSSO MELHOR PARA TODOS**.

<sup>1</sup> Estudo vencedor do Prêmio Celso Furtado 2017/2018, concedido pelo Ministério de Integração Nacional.



***VISÃO,  
OBJETIVO,  
DIRETRIZES  
E PRINCÍPIOS***

Os referenciais estratégicos para um Mato Grosso Melhor para Todos estão assim definidos: Visão de Futuro com Horizonte em 2022; o Objetivo Principal a ser alcançado ao final do mandato; Diretrizes Estratégicas que orientam os caminhos a serem percorridos pelo governo. E como condição “sine-qua-non” para a mudança que vamos construir são definidos Princípios Essenciais, a serem observados em todas as instâncias da administração pública estadual.

## ***Visão de Futuro***

Em 2022, Mato Grosso será melhor para todos, onde o estado rico tem atenção especial e sensibilidade aos mais necessitados; com economia sustentável, competitiva e de alta produtividade, oferecendo mais e melhores oportunidades de emprego. Mato Grosso terá segurança pública que protege o cidadão, saúde em crescente qualidade para todos e melhores condições de ensino, sobretudo para os jovens, construídas por meio da integração e parceria do governo do estado com os servidores, os municípios e a sociedade.

## ***Objetivo Principal do Governo***

Potencializar o desenvolvimento econômico e aumentar a inserção de Mato Grosso na economia global, conferindo ao governo maior agilidade e capacidade de resposta para atender às necessidades essenciais da população, principalmente na saúde, educação e segurança pública, estimulando a cultura como elemento integrador da sociedade plural que somos para assegurar crescimento sustentável com progresso econômico e humano para todos.

## ***Diretrizes Estratégicas 2019 - 2022***

- Olhar para frente e juntos trilharemos o caminho do progresso e desenvolvimento de Mato Grosso, a fim de consolidar e fortalecer sua posição como o estado que mais cresce no Brasil, aproveitando suas potencialidades e apoiando a força empreendedora das pessoas, do agronegócio e dos diversos setores produtivos, para gerar mais empregos, renda e oportunidades para todos.



- Estar sempre perto do cidadão, presente nos municípios e a serviço das pessoas, unindo diferentes forças sociais, econômicas e políticas em favor do desenvolvimento sustentável de Mato Grosso, com um governo de portas abertas ao diálogo, transparente em informações e atitudes, capaz de ouvir todos os segmentos da sociedade para atuar em prol do bem comum.
- Orientado por planejamento estratégico, cuidar da saúde, da geração de emprego, da educação, da infraestrutura, da segurança pública e da cultura, estimulando a inovação para aumentar competitividade e produtividade, mudando a gestão pública para, com servidores capacitados e valorizados, promover o desenvolvimento humano e econômico; alcançando resultados que realmente beneficiem a todos os cidadãos mato-grossenses.

## **Princípios Essenciais**

### ■ **Diálogo, Parcerias, Trabalho**

Manter diálogo permanente e democrático visando à ação conjunta e integrada, realizar alianças e parcerias com a União, estados vizinhos, municípios, setor privado, líderes sociais, entidades não governamentais, instituições universitárias e tecnológicas, culturais, filantrópicas, sindicatos e entidades políticas, representativas de todas as regiões que compõem Mato Grosso.

### ■ **Probidade Administrativa**

Ser um governo ético, com servidores e gestores públicos a serviço do cidadão e da coletividade, para dignificar o poder público, apontando rumos, liderando e estimulando o desenvolvimento de Mato Grosso.

### ■ **Equilíbrio Fiscal**

Criar condições para o equacionamento do desequilíbrio econômico-financeiro, mediante a gestão e controle das despesas e o aumento das receitas, utilizando instrumentos de fiscalização e combate à sonegação de impostos. O indispensável equilíbrio fiscal é o reconhecimento de que é impossível ao estado exercer suas funções essenciais, de maneira eficiente e efetiva, sem gastar mais do que arrecada, gerando déficits fiscais sucessivos. É fundamental ampliar a capacidade de investimento do estado, por meio da implementação de mecanismos que assegurem o gerenciamento e controle dos recursos públicos e a transparência na utilização desses recursos, para assegurar crescimento sustentável de Mato Grosso.



***EIXOS  
ESTRUTURANTES DE  
DESENVOLVIMENTO***

Visando alcançar nosso objetivo de potencializar o desenvolvimento econômico, atender às necessidades essenciais da população e tornar a cultura meio integrador de nossa sociedade plural, o novo ciclo de desenvolvimento de Mato Grosso irá se apoiar em dois eixos principais:

- **Mato Grosso Produtivo, Competitivo, Sustentável**
- **Mato Grosso Melhor para as Pessoas**

Assegurar crescimento sustentável com progresso econômico e humano para todos exige consolidar e desenvolver Mato Grosso de forma sustentável e, ao mesmo, tempo incluir todas as pessoas nesse ciclo de crescimento, para que nossas riquezas sejam produtoras de benefícios e melhor qualidade de vida para todos.

## ***Mato Grosso Produtivo, Competitivo, Sustentável***

Mato Grosso é, sem nenhuma dúvida, uma fronteira produtiva em expansão. Entre 2002 e 2015, o PIB de Mato Grosso cresceu 102%, o segundo maior desempenho do País, segundo a série histórica do IBGE. Aumentamos a nossa participação em relação ao PIB nacional, passando de 1,3% para 1,8% no período. Em 2017, estima-se que o crescimento anual foi de 5,1%<sup>2</sup>, muito acima da projetada média nacional de 0,5%. O “agro” cresceu impressionantes 16,2% e Mato Grosso lidera como estado brasileiro que mais cresceu no ano passado.

Componentes como a desaceleração da inflação, a redução do risco-país, o forte corte nos juros conduzido pela política monetária do Banco Central e a melhoria dos indicadores de confiança mostram que a crise econômica não foi fator de desestabilização da economia de Mato Grosso nos últimos anos.

O potencial de mercado reflete-se na perspectiva de crescimento da força de trabalho (população em idade ativa) e no acelerado e quase contínuo crescimento econômico ocorrido, cuja principal força propulsora foi o agronegócio.

Esse desempenho também se reflete em termos de PIB per capita, que cresceu nominalmente de R\$ 10.162 mil para R\$ 32.895 num período de 14 anos, o que fez Mato Grosso passar da 11ª para 7ª posição no ranking dos estados brasileiros. Esse valor é 12% superior à média nacional e só perde no Centro-Oeste para o Distrito Federal.

O excelente e crescente desempenho econômico é motivo de orgulho para os mato-grossenses, principais responsáveis por impulsionar nacionalmente o estado, mas é importante reconhecer que temos vários

2 Estudo “Mapa da Recuperação Econômica” dos economistas Everton Gomes e Rodolfo Margato.

desafios para tornar o nosso modelo de desenvolvimento econômico mais competitivo, sustentável e inclusivo, consolidando o estado como polo econômico regional e atrativo para investidores nacionais e do exterior.

Um novo ciclo de desenvolvimento deve ser pensado e construído a partir do agronegócio. Temos enormes potencialidades para imaginar que somos apenas o “Mato Grosso do agronegócio”. Somos muito mais, com toda a pluralidade étnica e a diversidade e riqueza que nos cerca, e devemos construir a mudança do nosso modelo de desenvolvimento pensando “Mato Grosso a partir do agro”. Isso exige fortalecer a posição do estado em fatores estruturais que são determinantes para a competitividade, produtividade e diversidade econômica, como:

- Infraestrutura e logística;
- Desenvolvimento do potencial humano;
- Adensamento e diversificação das cadeias produtivas;
- Inovação;
- Sustentabilidade ambiental.

A construção dessa mudança do modelo de desenvolvimento tem como premissa básica a elaboração e implantação de um plano estratégico de desenvolvimento de longo prazo, que deve contar com a imprescindível participação e parceria dos diversos segmentos econômicos, sociais e políticos de Mato Grosso. Igualmente importante é a segurança jurídica, com maior qualidade, previsibilidade e qualidade das normas, decretos, resoluções, estabelecendo marco legal e normativo estável.

Caberá ao governo do estado, com diálogo permanente, atuar como agente indutor, catalisando e facilitando parcerias, atraindo e estimulando investidores para desenvolver todo o potencial produtivo do estado.

## ■ INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Uma maior e melhor oferta de serviços de infraestrutura de transportes, energia e telecomunicações produz ganhos de competitividade para o setor produtivo e é fundamental para atração de novos investimentos, dinamizar a economia mato-grossense com a redução dos custos de logística e transporte, além de melhorar a qualidade de vida da população em geral.

Mato Grosso tem como principal pilar de sustentação econômica o agronegócio, sobretudo soja, milho, algodão e pecuária. Segundo o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), a cadeia do agronegócio representa cerca de metade do PIB estadual. Portanto, é crucial para esse setor a ampliação e melhoria da infraestrutura e logística do estado, de modo a tornar os custos dos produtos ainda mais competitivos para os mercados doméstico e externo. Assim, será essencial realizar pavimentação de baixo custo e melhorias das estradas vicinais para facilitar o escoamento da produção do agronegócio e da agricultura familiar.

A infraestrutura de transporte permite o escoamento da produção, o abastecimento de insumos e o deslocamento de pessoas e é, sem dúvida, um dos maiores gargalos ao desenvolvimento do estado e da nação. A predominância do modal rodoviário, que é o de custo mais elevado e o de maior impacto ambiental, contrasta com o baixo uso dos modais ferroviário e hidroviário. Ademais, no sentido de dar celeridade e assegurar projetos com foco no desenvolvimento sustentável, é de suma importância a definição de ações, obras e a agilidade no processo de licenciamento ambiental.

Para que se possa alcançar a melhoria da infraestrutura e logística no estado, se faz necessário construir uma modelagem que torne mais atrativa a participação da iniciativa privada.



Segundo pesquisa Rodovias 2017, da Confederação Nacional de Transportes (CNT), que avalia a qualidade das rodovias<sup>3</sup> em todo o País, o Estado de Mato Grosso possui cerca de 33% de sua malha rodoviária pavimentada considerada em estado péssimo e ruim e, apenas, 29% considerada de qualidade boa e ótima. Se considerarmos as estradas sob gestão estadual, os números são extremamente preocupantes: 78% da malha rodoviária pavimentada é considerada como em estado péssimo e ruim e somente 92 km (10,9%) são considerados como em estado bom ou ótimo, o que representa insegurança e perda de competitividade nas condições de tráfego das pessoas e mercadorias e falta de prioridade do governo estadual com a infraestrutura rodoviária de Mato Grosso.

Tabela: Rodovias Mato Grosso: Classificação Geral - 2017

Classificação do Estado Geral	Extensão Total		Extensão Estadual	
	km	%	km	%
Ótimo	172	3,6	20	2,4
Bom	1.227	25,3	72	8,5
Regular	1.837	37,9	94	11,1
Ruim	1.127	23,3	220	26,0
Péssimo	479	9,9	439	52,0
<b>TOTAL</b>	<b>4.842</b>	<b>100,0</b>	<b>845</b>	<b>100,0</b>

Fonte: CNT – Rodovias 2017

Diante desse quadro crítico, não basta apenas articular e garantir, junto ao governo federal, os recursos necessários à manutenção e operação da malha rodoviária sob jurisdição federal, mas também planejar e executar os serviços essenciais para a melhoria da qualidade e manutenção das rodovias sob jurisdição estadual.

Nesse sentido, serão referenciais da atuação do governo no modal rodoviário: (I) a busca de parcerias com o setor produtivo para manutenção das rodovias pavimentadas de menor fluxo de veículos e concessão e/ou licitação das de maior tráfego, (II) articular com as associações de produtores e com municípios para manutenção das estradas não pavimentadas, (III) substituir pontes de madeira por pontes de concreto, (IV) priorizar as obras nos corredores estratégicos para o agronegócio, (V) aproximar e integrar a área de meio ambiente do Estado para dar celeridade no licenciamento das obras respeitando o compromisso de desenvolvimento produtivo, competitivo, sustentável.

O Estado de Mato Grosso possui 365 km de ferrovia com terminais em Alto Taquari, Alto Araguaia, Itiquira e Rondonópolis, fazendo parte da Ferronorte, que realiza a conexão do estado com o Porto de Santos, responsável por cerca de 47% e 53% dos embarques de soja e milho, respectivamente. Em 2017, foram embarcadas 18 milhões de toneladas de soja, farelo e milho. Embora a capacidade da ferrovia seja de 35 milhões de toneladas, ela não pode transportar esse volume em função da limitação de capacidade da chamada malha paulista, o que restringe o aumento do escoamento da produção de Mato Grosso para o Porto de Santos.

A participação da ferrovia no transporte de grãos de Mato Grosso cresceu de 30% em 2016 para 40% em 2017. Esse crescimento aponta que o potencial para escoamento da produção pelo modal ferroviário é expressivo.

Nesse sentido, serão referenciais da atuação do governo no modal ferroviário buscar junto ao governo federal: (I) a garantia do direito de passagem e implantação do Operador Ferroviário Independente; (II) implantação da extensão da FERRONORTE de Rondonópolis a Lucas do Rio Verde; (III) implantação da FICO – Ferrovia de Integração Centro-Oeste no trecho entre Campinorte (GO) e Lucas do Rio Verde

3 A pesquisa leva em consideração três dimensões: qualidade do pavimento, sinalização e geometria da via.

(MT); (IV) aproximar e integrar a área de meio ambiente do estado para dar celeridade no licenciamento das obras respeitando o compromisso de desenvolvimento produtivo, competitivo, sustentável.

Mato Grosso dispõe de rios navegáveis e potencialmente navegáveis, mas, para se alcançar um número significativo de quilômetros navegáveis, são necessárias medidas de cunho governamental, como o emprego de infraestrutura viária adequada e do conceito de aproveitamento ótimo e uso múltiplo das águas.

Atualmente, está em operação basicamente a hidrovía Paraná-Paraguai, com origem no município de Cáceres. A hidrovía apresenta problemas de navegabilidade, exigindo obras de dragagem, o que impede um volume maior de transporte de cargas. Portanto, é preciso buscar, junto ao governo federal, a extensão da hidrovía em seu projeto original que fazia a ligação do estado até os portos de Rosário, na Argentina, e Nueva Palmira, no Uruguai, num trajeto de 3,4 mil km, levando os produtos com mais rapidez a um custo bem mais barato rumo ao oceano Atlântico.

Hidrovias existentes em outros estados, como a do Madeira, do Tapajós, do Tocantins e do Tietê/Paraná também são utilizadas no escoamento da produção. Embora não estejam fisicamente dentro do estado, são necessárias ações do governo estadual para, em articulação com outros entes da Federação e o governo federal, cobrar a manutenção, sinalização, balizamento, dragagens, derrocamentos e construção de eclusas, necessários para viabilizar a navegação. A mudança da geografia de produção, basicamente direcionada à Bacia Amazônica, favorece a intensificação do uso do transporte hidroviário, desenvolvendo novas rotas e reduzindo significativamente os custos de transportes.

Outros projetos de corredores hidroviários, como o de Araguaia-Tocantins, com 2.115 Km, partindo do município de Xavantina, e as hidrovias de Teles Pires-Tapajós, que ligará os municípios de Sinop a Santarém no Pará (1,5 mil km), e a hidrovía Jurena-Tapajós (1,3 mil km), são alternativas que devem ser estudadas e desenvolvidas em parceria com os estados vizinhos, respeitado o compromisso de desenvolvimento produtivo, competitivo, sustentável.

Assim, é imprescindível articular parcerias público-privadas para fomentar o desenvolvimento da infraestrutura hidroviária, visando intensificar as atividades de dragagem, sinalização das vias navegáveis, além de implementar eclusas e instalações portuárias, aumentando a participação do modal hidroviário na matriz de transporte da produção do estado. Estações hidroviárias populares nos municípios do Pantanal e do Araguaia devem ser implementadas para fomentar o turismo e promover a integração regional.

Nesse sentido, serão referenciais da atuação do governo no modal hidroviário uma intensa articulação junto ao governo federal para (I) garantia do uso múltiplo das águas, com ênfase na implantação de dispositivos de transposição de desníveis (eclusas) e racionalidade na aplicação dos recursos; (II) definição de modelagem e da responsabilidade da gestão/operação de dispositivos de transposição de desníveis (eclusas), dragagem, balizamento, sinalização e administração de tráfego; (III) definição do modelo de gestão das hidrovias, que permita ter uma unicidade de comando nas questões operacionais e de segurança; (IV) aproximar e integrar a área de meio ambiente do estado para dar celeridade no licenciamento das obras, respeitando o compromisso de desenvolvimento produtivo, competitivo, sustentável; e (V) incentivar a iniciativa privada a construir ETCs – Estações de Transbordo de Cargas – nos rios das Mortes, Araguaia e Paraguai.

A capacidade estática de armazenamento de 59 milhões de toneladas está próxima da previsão de produção para a safra de grãos de 2017/2018 que, segundo o IMEA – Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária –, é de 58 milhões de toneladas. Importante observar que a falta de terras adequadas no mundo está fortalecendo a produção do agro. O Brasil é o 2º maior exportador e tem condições de chegar em poucos anos à liderança.

Para que este processo natural traga benefícios ao setor produtivo e à população brasileira, faz-se necessário remover os gargalos logísticos, como a capacidade de armazenagem, principalmente considerando que o

Estado de Mato Grosso responde por 28% da produção de soja e 29% da produção do milho do Brasil. No entanto, somente 65% da safra têm condições de ser armazenada. Todos os anos, podemos presenciar grandes volumes de milho sendo estocados a céu aberto com riscos de perda do produto.

Nesse sentido, temos que incentivar a construção de mais armazéns para produtos agrícolas a granel, principalmente nas propriedades rurais para reduzir a pressão sobre a logística durante a colheita.

Outra área fundamental para a melhoria da infraestrutura do estado são os serviços de telecomunicações, tanto em termos de acesso como quanto à qualidade dos serviços. Atualmente, a conectividade faz parte do cotidiano da população e de todas as atividades produtivas, o que exige por parte do governo estadual uma atenção especial.

Segundo os dados do Ranking da Competitividade dos Estados produzido pelo Centro de Liderança Pública, Tendências Consultoria e a revista The Economist, Mato Grosso apresenta uma densidade de acesso a serviços de telefonia móvel e banda larga de apenas 42,8% da observada no Distrito Federal e de 65% em relação à de São Paulo, que estão no topo do ranking nacional. Além disso, em termos de qualidade dos serviços, Mato Grosso ocupa a 21ª posição entre os estados da Federação. Esses resultados apontam a necessidade de um maior diálogo do governo estadual com as autoridades reguladoras e as operadoras responsáveis pela prestação desses serviços, no sentido de cobrar os investimentos essenciais para maior competitividade e produtividade da economia de Mato Grosso.

Na energia elétrica, o principal gargalo para competitividade do estado situa-se no elevado custo da tarifa média praticada no consumo comercial, industrial e residencial. Nesse indicador, a pesquisa do Centro de Liderança Pública posiciona Mato Grosso na 21ª colocação entre os estados brasileiros e o Distrito Federal. Além dos custos de distribuição que são elevados pela dimensão territorial de Mato Grosso, outro fator que influencia é a elevada alíquota de ICMS incidente no consumo industrial, da ordem de 27%, uma das mais elevadas do País, o que certamente impacta na atração de indústrias para o estado, já que esse custo se soma ao da logística na distribuição dos produtos para os principais centros consumidores do País.

## ■ DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL HUMANO

A formação de mão-de-obra qualificada e com elevados níveis de produtividade é fundamental para inaugurar um novo ciclo de desenvolvimento econômico e humano em Mato Grosso. Isso porque é essencial verticalizar e diversificar as atividades produtivas, melhorar o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e inserir o estado na era do conhecimento, da economia digital e do baixo carbono. Portanto, é fundamental investir de forma substantiva no potencial humano para darmos um salto de qualidade na economia mato-grossense.

A parcela da mão-de-obra empregada no agronegócio diminuiu de 32%, em 2014, para 19% (2017). No mesmo período, a safra de grãos pulou de 161 milhões para 234 milhões de toneladas. Esses dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apontam para um grande avanço da produtividade, capaz de compensar a escassez relativa de mão-de-obra. Esse movimento mostra a tendência de melhoria do salário médio no campo (2014/2016), que cresceu 7% acima da inflação, em contraste com os 4,6% auferidos pelos empregos urbanos. No mesmo período, verificou-se uma redução de 34,4% para 32,3% no número de empregados com dois anos ou menos de estudo. Ao mesmo tempo, em contraposição ao quadro sombrio de desemprego urbano, no campo falta mão de obra qualificada.

A taxa de desemprego de 9%, em 2017, é 1,4 ponto percentual abaixo da média do Centro-Oeste e mais de 3 pontos percentuais inferior à média nacional. Em 2017, Mato Grosso já apresentou arrefecimento na taxa de desemprego, fato não observado na média brasileira e regional, demonstrando a força da economia local. Ao examinar a renda média do trabalho, verifica-se que Mato Grosso tem a sétima maior renda das unidades da federação e segunda maior do Centro-Oeste, perdendo apenas para o Distrito Federal.

Ao considerar o indicador de produtividade da mão-de-obra, segundo o ranking do Centro de Liderança Pública, Mato Grosso tem um nível de produtividade de 60% e 66%, respectivamente, dos índices observados no Rio de Janeiro e São Paulo.

É preciso dar atenção especial ao ensino técnico profissionalizante, de modo que se amplie o número de vagas, inclusive com cursos superiores de tecnólogos, que possam atender às demandas do setor produtivo. Esse modelo permite uma inserção mais rápida e qualificada dos nossos jovens no mercado de trabalho.

A necessária aspiração de alcançar níveis mais altos de “verticalização” da produção agropecuária, agregando valor cada vez maior às suas cadeias de suprimento, corre o risco de se frustrar caso os investimentos em qualificação profissional não estejam à altura do desafio de ajudar a economia e as pessoas a crescerem de forma integrada.

A rede estadual de escolas técnicas e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) devem funcionar com o objetivo de ser elemento estruturante da formação e desenvolvimento do potencial humano notadamente na educação orientada para a qualificação da mão de obra para inserção no mercado de trabalho.

Parcerias com instituições provedoras de educação técnica à distância, com suporte tecnológico adequado e modelos semipresenciais, devem ser estimuladas para acelerar o processo de melhoria da produtividade nos diferentes segmentos econômicos, uma vez que o estado carece de número adequado de profissionais suficientes para prestar essa capacitação de forma presencial e exclusiva por meio da rede de escolas técnicas, carência que indubitavelmente precisa ser enfrentada e resolvida.

É fundamental e evidente a necessidade de atender à demanda, cada vez mais crescente, de jovens buscando ampliar conhecimentos para melhorar as condições de ingresso e progresso no mercado de trabalho, assim como de empresas buscando profissionais mais qualificados e que atendam às necessidades dos arranjos produtivos locais.

A educação profissional e tecnológica é de extrema importância para Mato Grosso, pois o estado é carente de mão-de-obra para os setores industriais, comerciais, agrícola e de serviços. O avanço da chamada “agropecuária digital” e de precisão requer de agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas e trabalhadores em geral – inclusive operadores, revendedores e pessoal de manutenção de maquinário agrícola – a capacidade de produzir, interpretar, avaliar, aplicar e administrar uma gigantesca, crescente e variada massa de dados.

Uma outra importante dimensão é a proporção de pessoas na população economicamente ativa que detêm ensino superior. Nesse caso, Mato Grosso tem um índice abaixo da média nacional e também em relação aos estados vizinhos do Centro-Oeste, incluindo o Distrito Federal.

Nesse sentido, a recente criação da Universidade Federal de Rondonópolis, cujo projeto esteve sob minha relatoria no Senado Federal, irá proporcionar autonomia e os recursos necessários para expansão do ensino universitário de qualidade, sobretudo para toda região Sudeste do estado. Certamente, a Universidade Federal de Rondonópolis contribuirá para reduzir essa defasagem de Mato Grosso no ensino superior. Por conseguinte, será necessário articular com o governo federal para que novas universidades possam atender e desenvolver as vocações de outras regiões do estado.

Um terceiro indicador refere-se aos anos de estudo da população economicamente ativa. Também nesse caso, Mato Grosso está numa posição inferior aos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul e detém apenas 46,7% do índice alcançado pelo Distrito Federal. Entre as unidades da federação, o Estado está em 13º lugar, sendo o menor do Centro-Oeste. Cerca de 37% da população de 14 anos ou mais possui, no máximo, o fundamental incompleto, sendo que 8% não completaram sequer 1 ano de estudo. É fundamental, portanto, que o governo estadual possa atuar para elevar o nível de escolaridade da sua população ativa, o que traduzir-se-á em ganhos de produtividade no médio prazo.



## ■ ADENSAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

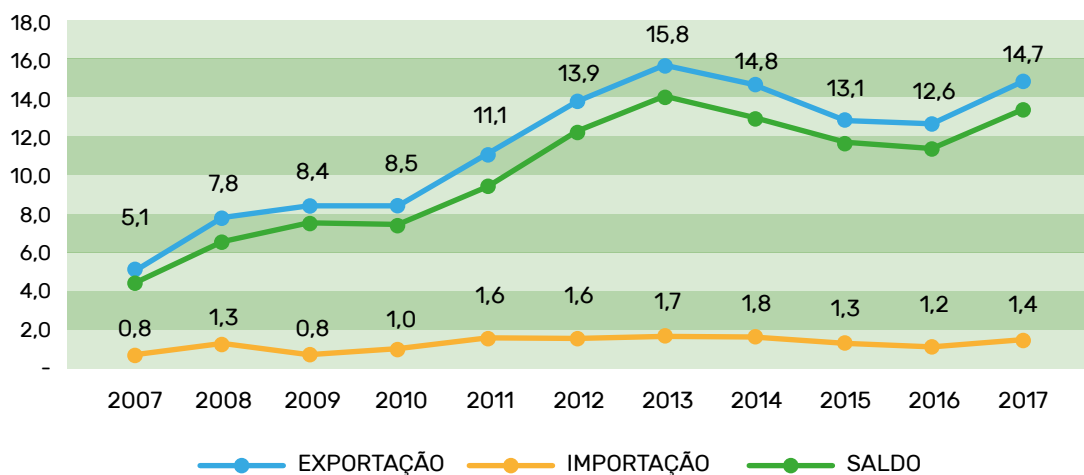
Mato Grosso apresentou um ritmo de crescimento econômico forte, da ordem de 6,2% ao ano, entre 2002 e 2014. A melhoria dos preços relativos da commodities agrícolas, a expansão das áreas agropecuárias e os ganhos de produtividade são os principais fatores que explicam esse desempenho.

Entretanto, é preciso ressaltar que o estado ainda apresenta um descompasso entre a oferta de produção primária e sua capacidade de transformação ou processamento industrial dessa produção. Entre 2000 e 2013, a participação da indústria no PIB estadual oscilou de 16% para 15%. Essas estatísticas apontam que ainda há um enorme espaço para que a economia estadual possa agregar valor à sua produção e, assim, adensar suas cadeias produtivas, gerando mais empregos e elevando o valor dos produtos comercializados para o mercado doméstico e externo e, desse modo, apropriando-se de maior riqueza gerada pela economia mato-grossense.

O governo precisa estimular e promover a agroindustrialização, com a verticalização da produção, incentivar a implantação de outras indústrias para agregar valor, gerar emprego, renda e receitas no estado.

Ao observarmos a balança comercial do estado, Mato Grosso apresentou um expressivo superávit, que, em 2017, alcançou US\$ 13,3 bilhões, resultantes de exportações que somaram US\$ 14,7 bilhões e importações de US\$ 1,4 bilhão. Entretanto, 96% das nossas exportações são compostas por produtos básicos, enquanto importamos 97% de produtos industrializados (manufaturados e semimanufaturados), com a predominância de produtos intermediários. Na série histórica, Mato Grosso apresenta volume de exportação bem superior ao dos demais estados do Centro-Oeste e teve o maior crescimento desde 2000.

### MATO GROSSO: BALANÇA COMERCIAL (US\$ BILHÕES)



Portanto, é preciso melhorar o equilíbrio dessa relação comercial, sem desconhecer as nossas vantagens comparativas na produção de bens básicos. Entretanto, se algumas etapas de produção pudessem ser desenvolvidas no próprio estado, tanto à jusante como a montante, reduziríamos a dependência das importações de adubos e fertilizantes e poderíamos exportar produtos de maior valor agregado e menos sensíveis às flutuações dos preços internacionais, o que permitiria uma maior diversificação produtiva da economia mato-grossense.

No setor mineral, encontram-se novos investimentos nacionais e estrangeiros aportando tecnologia e recursos em Mato Grosso, cuja origem remonta às expedições bandeirantes em busca de ouro. Atualmente, segundo a Companhia Mato-Grossense de Mineração (Metamat), somos produtores relevantes de ouro e diamantes no Brasil e com grande potencial de exploração de reservas de calcário, quartzo e pedras coloridas, entre outras.

As duas preciosas commodities movimentaram cerca de R\$ 600 milhões em 2016. Segundo dados do Ministério de Minas e Energia, naquele mesmo ano, Mato Grosso recolheu R\$ 15 milhões a título de Contribuição Financeira pela Extração Mineral (CFEM), recursos que, em sua maioria, destinam-se aos municípios (65%) e ao estado (23%), cabendo à União 12%, na medida que pela Constituição Federal é titular de todas as jazidas e depósitos minerais, autorizando seu aproveitamento em regime de concessão.

Compete ao governo do estado, no âmbito do marco legal vigente, promover o avanço da consciência socioambiental, estabelecendo compromisso com a sustentabilidade e o bem-estar da população como contrapartida à exploração de recursos finitos e ao impacto no meio ambiente que decorre do mesmo. À administração pública estadual, em parceria com os municípios onde a exploração mineral é componente de desenvolvimento local, cabe uma parcela significativa de responsabilidade pelo preenchimento dessas condições, assim como a manutenção da segurança e da ordem públicas nos frequentes conflitos surgidos entre proprietários rurais, empresas extrativas e garimpeiros ou outros trabalhadores informais, como nos recentes exemplos de Pontes e Lacerda.

Também voltados para ampliar o desenvolvimento regional, devemos apoiar as cadeias produtivas do leite, da fruticultura, piscicultura, seringueira, avicultura, hortifrutigranjeiros, além do turismo, segmento econômico fortemente gerador de empregos, renda e divisas.

## ■ INOVAÇÃO

No último Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública, Mato Grosso ocupou apenas a 21ª posição no pilar da inovação entre as 27 unidades da Federação, alcançando 35% do resultado da média nacional. Esse ranking leva em consideração a participação de investimento público em pesquisa e desenvolvimento no PIB estadual, o total de concessões de patentes em relação ao PIB e a produção acadêmica considerando o tamanho da população.

Segundo a Pesquisa de Inovação do IBGE (PINTEC) 2012-2014, foram observadas 1.604 empresas em Mato Grosso que realizaram um esforço de inovação, sendo que 41% conseguiram inovar em processos e produtos e 36% realizaram inovações organizacionais ou de marketing. Em relação à pesquisa referente ao período 2009 – 2011, observou-se uma expansão de 30% no número de empresas que buscaram a inovação e de 161% naquelas que obtiveram êxito na inovação de produtos e processos. Esses resultados apontam que há uma demanda crescente do setor produtivo em buscar soluções inovadoras, o que exige do governo estadual o papel de estimular e fomentar esse potencial.

Portanto, um dos grandes desafios do estado para estabelecer um novo ciclo de desenvolvimento é desenvolver um ecossistema de inovação e empreendedorismo, de modo a ampliar o grau de competitividade e produtividade do agronegócio e “a partir do agro” estimular a implantação de novos modelos de negócios que favoreçam a verticalização e diversificação das nossas atividades produtivas.

Assim, a pesquisa e a inovação constituem um segmento fundamental para a competitividade da economia mato-grossense, podendo contribuir para o desenvolvimento sustentável das atividades econômicas, a partir da ampliação da pesquisa aplicada, do nível de desenvolvimento tecnológico e da geração de novos conhecimentos para atender os diversos segmentos econômicos.

Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-MT (SENAR-MT), até 2050, a população mundial deverá crescer 31%, sendo que apenas 1/3 estará no campo para alimentar 2/3 dos que residirão em cidades. É uma demanda adicional de 70% de alimentos em função do aumento de 2,5 bilhões do contingente populacional, conforme estimativas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Para suprir essa demanda, haverá a necessidade de produzir 80% a mais de energia e consumir 55% a mais de água, respectivamente. Atualmente Mato Grosso já responde por 7% da produção mundial de alimentos e poderá ampliar significativamente sua participação até 2050, mais que dobrando sua produção atual.

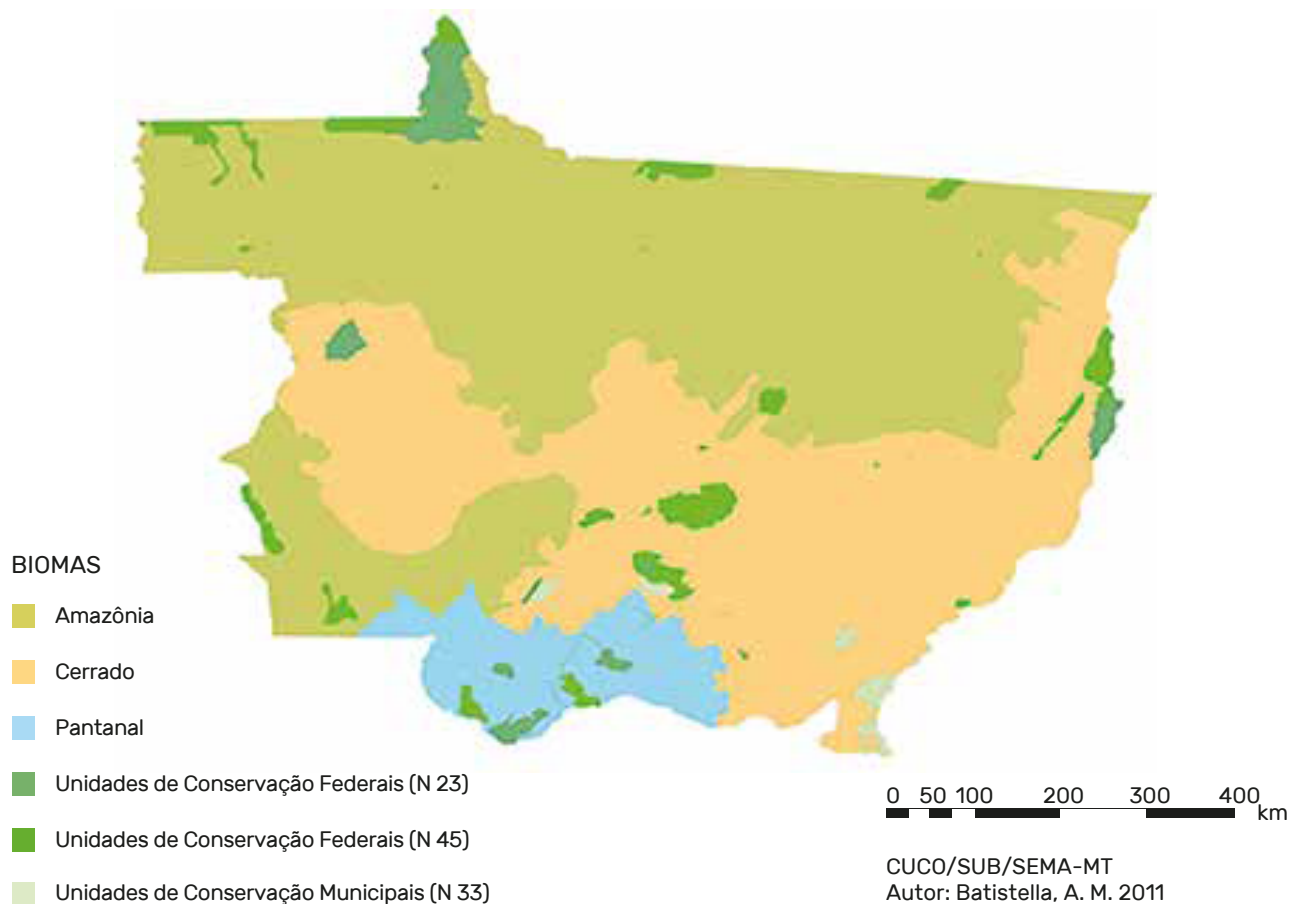
Com relação ao agronegócio, temos observado uma tendência que tem se caracterizado pelo uso intensivo de novas tecnologias, de sistemas autônomos, da utilização de softwares de gestão para aplicação em dispositivos móveis, inteligência artificial, do uso de “drones” e sensores, dentre outras propensões.

Nesse sentido, Mato Grosso precisa fortalecer a rede de parcerias estratégicas que visam conectar o setor produtivo às novas tecnologias por meio de *startups*, pesquisadores, investidores e empresas de tecnologia.

## ■ SUSTENTABILIDADE

O mosaico ambiental do Estado de Mato Grosso é diversificado e rico. Mas é na divisão municipal do estado e na sua distribuição nos biomas que se verifica a enorme complexidade do processo de interação do setor produtivo com o meio ambiente. Em Mato Grosso, temos 93 municípios com presença principal ou secundária no Bioma Amazônia, 92 no Bioma Cerrado e 15 no Bioma Pantanal. Essa configuração exige que a sustentabilidade ambiental seja tratada como questão basilar dessa mudança no modelo de desenvolvimento de Mato Grosso.

Figura: Biomas do Estado de Mato-Grosso



Fonte: Faria, A.M.M – Perspectiva para o Desenvolvimento de Mato Grosso. Um olhar territorial para o Desenvolvimento: Centro-oeste, pág. 394-423. Rio de Janeiro: BNDES, 2013.

A grande intersecção dos municípios com os variados biomas que Mato Grosso abriga exige uma política estadual estratégica e bem coordenada para garantir um modelo de desenvolvimento das atividades produtivas sustentável, aproveitando de forma equilibrada os recursos naturais disponíveis, gerando emprego e renda, mas, ao mesmo tempo, resguardando para as gerações futuras o rico patrimônio ambiental de Mato Grosso. Esse é, sem dúvida, um grande desafio. Mas, acima de tudo, deve ser um compromisso essencial para a construção desse novo ciclo de desenvolvimento econômico e humano.

Do ponto de vista econômico, dos 10 municípios de maior geração de produto (que juntos equivalem a 54% do PIB estadual), em 9 deles o Bioma Cerrado está presente de forma isolada ou principal. A exceção é o município de Sinop, onde a presença mais marcante está no Bioma Amazônia. Logo, o suporte do Cerrado para o desenvolvimento econômico do estado tem sido fundamental nesse processo de expansão produtiva o que, por outro lado, nos oferece uma oportunidade de como equilibrar e oferecer alternativas para a produção sustentável nos demais municípios que têm como suporte ambiental os Biomas Amazônia e Pantanal.

A gestão e execução das políticas do meio ambiente devem ser instrumentos para cumprir dois objetivos primordiais: preservar, conservar, conhecer e recuperar o meio ambiente; e assegurar o desenvolvimento sustentável da economia de Mato Grosso.

O governo deve implementar e fortalecer medidas de proteção aos recursos naturais do estado e sua biodiversidade; intensificar ações de fiscalização ambiental e de demarcação de Unidades de Conservação; reduzir progressivamente o desmatamento ilegal e das queimadas; consolidar os estudos do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico para a remarcação das zonas econômicas e ambientais; aumentar o cadastramento das propriedades rurais, por meio do fortalecimento do Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental – que permitirá, entre outros, acesso a instrumentos de crédito pelas propriedades.

A qualificação de servidores, o aperfeiçoamento dos processos de trabalho e a adequação da estrutura física dos órgãos, somados à descentralização e desburocratização da gestão ambiental, são ações necessárias para dar maior celeridade à autorização de requerimento de licenças ambientais.

Também será importante fortalecer a ação do governo no incentivo à implantação de negócios na área de plantio de árvores para fins comerciais, gerando novos empregos diretos e indiretos no médio prazo, respeitando o modelo de desenvolvimento produtivo, competitivo, sustentável desejado para Mato Grosso.

Ademais, nosso estado precisa e pode avançar e inovar no desenvolvimento do turismo sustentável, com base em nossas paisagens naturais, cartões postais que atraem o desejo de brasileiros e estrangeiros. Recursos de compensações ambientais podem ser aplicados para melhorar e adequar a infraestrutura para o desenvolvimento do turismo ambiental.

## ***Mato Grosso Melhor para as Pessoas***

Parece simples. É do desejo natural de todos e do senso comum. Talvez por isso “Ser Melhor para as Pessoas” não tenha recebido a atenção e prioridade dos últimos governos. Mato Grosso Melhor para as Pessoas é nosso compromisso. É o que vamos perseguir com a mudança do modelo de desenvolvimento de nossa sociedade. Melhor é todos viverem com mais qualidade, com menos privações e sofrimentos em função da ausência de condições dignas de sobrevivência.

Cada mato-grossense, diante da riqueza e potencial de nosso estado, tem a possibilidade de viver melhor, de forma digna. E cada mato-grossense que se orgulha e se admira diante de nossa força econômica tem o dever de não fechar os olhos perante os enormes contrastes que nos batem à porta todos os dias, que nos mostram indicadores sociais alarmantes, em sinal claro que a prosperidade não está chegando a toda a população.

Para fazer o Melhor para as Pessoas, é preciso coragem, determinação e muito diálogo, escutar o que cada um tem a dizer. Melhor para as Pessoas é eixo essencial da mudança para assegurar a proteção social do estado junto à população que mais necessita de ações desenvolvidas pelo poder público.

A proteção social é parte integrante do pacto civilizatório das nações e da ampliação da cidadania no nosso arcabouço legal, principalmente a partir da Constituição de 1988. É a forma de materializar direitos

sociais pela via das políticas públicas, estritamente estatais ou em parcerias com setor privado e entidades sem fins lucrativos.

A Constituição Federal e seu marco legal correspondente apresentam, de forma geral, os direitos de cidadania e definem competências da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. As importantes experiências da proteção não estatal, normalmente movidas por caridade, benemerência e ideais de solidariedade, devem ser estimuladas e incorporadas como de natureza complementar e visando atender vulnerabilidades identificadas.

Os municípios detêm atualmente a maior parte da responsabilidade, porque a gestão municipal está mais perto da população, com mais possibilidade de reconhecer os problemas a que está vulnerável. Porém, o estado e o governo federal precisam participar financeiramente e no apoio necessário ao desenvolvimento das ações. O papel, responsabilidade e compromisso do governo são cruciais, sob pena de submeter a população a inaceitáveis situações que presenciamos na saúde, educação e segurança pública de Mato Grosso.

Temos definido um sistema de proteção social amplo, ainda que seguramente heterogêneo, imperfeito e, muitas vezes, não muito eficaz, porém dotado de instituições, recursos humanos e fontes de financiamento estáveis que oferecem perenidade à sua implementação. A saúde e o ensino fundamental, políticas de escopo universal, têm acesso garantido a toda a população, independentemente de condicionalidades de qualquer natureza,

A responsabilidade do estado na necessidade de proteção social dos cidadãos contempla a articulação e integração de políticas de seguro social, assistência social e saúde; a prestação, de forma universal, pública e gratuita, de atendimento na área de saúde em todos os níveis de complexidade, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS); o direito de acesso a serviços por parte de populações necessitadas; o direito à renda de solidariedade por parte de idosos, pessoas portadoras de deficiência e em situação de extrema pobreza; o direito à aposentadoria não integralmente contributiva dos trabalhadores rurais em regime de economia familiar; e o reconhecimento do seguro-desemprego como uma provisão temporária de renda em situação de perda circunstancial de emprego.

Esse arcabouço do sistema de proteção social existe para a melhoria de vida dos cidadãos e compete ao governo estadual, em primeiro lugar, assegurar o cumprimento de sua função nesse sistema e na execução de suas ações, além de expandir programas e atuar mais fortemente em outras que forem elencadas como prioritárias e urgentes. Nesse contexto, a ação do governo de Mato Grosso pode melhorar consideravelmente a vida das pessoas seguindo e cumprindo, no que lhe compete, o modelo federativo de políticas públicas vigentes no Brasil.

## ■ SAÚDE

O cuidado com a vida das pessoas pode ser considerado uma das maiores responsabilidades dos representantes da população. Nos termos da nossa Constituição Federal de 1988, a “saúde é direito de todos e dever do Estado”, sendo, portanto, uma questão intimamente ligada à dignidade humana e ao exercício da cidadania.

O adequado atendimento à população é primordial para o bem-estar coletivo e é tema que tem gerado grande insatisfação, plenamente justificada, por parte majoritária da sociedade mato-grossense, face aos problemas crônicos nessa área que nosso estado tem enfrentado. O Sistema Único de Saúde (SUS) é instrumento relevante para a grande maioria da população que depende da prestação pública desse serviço essencial. É compromisso do governo estadual, em seu âmbito de atuação, respeitar e fazer cumprir os princípios de universalidade do acesso, integralidade e igualdade da assistência prestada, descentralização e

integração governo-estado-municípios e, de suma relevância, conjugar os meios financeiros, tecnológicos, humanos e materiais para a adequada prestação de assistência à saúde em Mato Grosso.

Assim, nessa estrutura integrada, que engloba a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, o papel do governo de Mato Grosso é atuar ativamente na formulação e na execução das políticas e ações de saúde, em profunda articulação e com apoio do Ministério da Saúde, e promover a descentralização do atendimento, diretamente e por meio de assistência aos municípios, inclusive técnica e financeira.

Deve atuar, ainda, na vigilância sanitária, epidemiológica e nutricional, na promoção da saúde do trabalhador, na assistência farmacêutica, nas políticas de saneamento básico, controle de agravos das condições ambientais e desenvolvimento científico afetos à saúde.

Em particular, a universalização do acesso aos sistemas de abastecimento d'água potável e de esgoto tratado é condição indispensável para melhorar a qualidade de vida da população, com efeitos diretos na prevenção da saúde, no combate de doenças, como Dengue, Zika, Chikungunya, Febre Amarela e diarreia crônica, entre outras.

Conforme dados do Ministério das Cidades divulgados no ano passado, Mato Grosso ocupa o 13º lugar em cobertura de esgotamento sanitário – a abaixo por exemplo de GO, MS, RR, BA e PB –, com apenas 25,6% da população atendida por redes de esgoto. Quando o assunto é água tratada, estamos abaixo de DF, SP, PR e RJ, com 87,8% de cobertura. E no ranking do saneamento das 100 maiores cidades brasileiras, publicado no início deste ano pelo Instituto Trata Brasil, Cuiabá ficou na 67ª posição (somente 51,4% com acesso a redes de esgotos e 98,1% com acesso ao sistema de água) e Várzea Grande na 89ª colocação (29,7% e 96,9%, respectivamente). O saneamento adequado chega a apenas 31,7% dos domicílios de Mato Grosso, um dos menores índices entre as unidades da Federação e o menor do Centro-Oeste.

É preciso dar um salto significativo nesses indicadores, institucionalizando parcerias com os municípios mato-grossenses e, valendo-se da assistência técnica da UFMT, Unemat, IF/MT e outros centros de excelência, estruturar projetos de qualidade que possam concorrer a financiamentos de organismos internacionais e do governo federal.

Na gestão das unidades regionais de saúde, é essencial o papel do governo estadual para a prestação de serviços de referência no atendimento de alta complexidade. Os hospitais regionais devem contar com uma gerência eficiente e especialmente atenta às necessidades dos assistidos, visto que integra um sistema articulado, no qual a atenção básica, prioritariamente prestada a nível municipal, é interdependente de seu adequado funcionamento, com o objetivo de oferecer um atendimento integral.

Os hospitais beneficentes e filantrópicos desempenham igualmente papel valioso de parceria com a rede pública de saúde. Em Mato Grosso, esses hospitais são responsáveis por mais de 2,5 mil atendimentos/mês. O Hospital Geral Universitário (HGU), de Cuiabá, realiza mensalmente cerca de 80 cirurgias cardíacas e neurológicas. Juntos, o HGU e o Hospital Santa Helena (também na capital) e as Santas Casas de Rondonópolis e Cuiabá oferecem 800 leitos, 180 dos quais em unidades de tratamento intensivo (UTIs). No interior, destacam-se, também, por seus serviços à comunidade, o Hospital Santo Antônio, em Sinop; o Centro Hospitalar Parecis, em Campo Novo do Parecis; e a Casa de Saúde Paulo de Tarso, em Rondonópolis.

No entanto, o caos que há anos toma conta da rede pública estadual de saúde atinge igualmente essas entidades, que, várias vezes, estiveram ameaçadas de fechar suas portas, com prejuízos incalculáveis para a população, afetando principalmente os indivíduos e famílias mais pobres, em razão das interrupções periódicas de repasses financeiros do governo do estado. Ciente do dever, prioritário, que o governante necessita ter com a saúde das pessoas, é indispensável e urgente adotar gestão proativa dos serviços de saúde para assegurar sustentabilidade e continuidade da operação dos hospitais públicos e filantrópicos.



Lamentavelmente, a crítica realidade vivida pelos cidadãos mato-grossenses, que encontram dificuldades no pleno exercício de seus direitos de acesso e de cuidados de saúde, torna urgente e prioritário que essas questões sejam enfrentadas com firmeza, em articulação com o governo federal e parceria com os municípios, para mudar a caótica situação da saúde em nosso estado.

Dados do IBGE para Mato Grosso constataam percentual de óbitos infantis de 5,1%, o 8º pior resultado entre os estados e acima da média nacional de 3,4%. Em 2016, a taxa de mortalidade infantil alcançou 16,9 mortes de crianças menores de um ano de idade para cada mil nascidos vivos, o 10º pior resultado entre os estados, e superior à média nacional (13,3), equivalente à realidade de Honduras. Uma histórica tendência de queda na mortalidade infantil foi interrompida em 2016.

A respeito da longevidade, também nos situamos abaixo da média nacional de 75,8 anos, com uma expectativa de vida de 74,2 anos, inferior à do Centro-Oeste e do Brasil.

Para enfrentarmos essa situação, devemos reconhecer sua complexidade, visto que a crise na saúde pública se comunica com diversos outros problemas: altos níveis de acidentes de trânsito, problemas na segurança no trabalho, estrutura de saneamento básico ainda muito precária, índices alarmantes de violência urbana e no campo, baixa qualidade da alimentação de nossas crianças e jovens e condições precárias de vida para os mais velhos, dentre outras tantas agravantes.

A promoção de saúde, particularmente na prevenção, dialoga profundamente com o incentivo ao esporte e é instrumento para a prevenção de doenças, aumento da longevidade da população, melhoria de seu bem-estar e inclusão social. Nesse sentido, será primordial o incentivo – bem como o fornecimento dos meios necessários – à prática constante de atividades físicas, preferencialmente de caráter educacional e participativo.

É preciso reconhecer que o desporto tem inestimável valor para o desenvolvimento humano – físico, intelectual e moral –, servindo como um “catalizador” para a formação completa de nossa juventude e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Tem, ademais, o extraordinário potencial de favorecer a diversidade e a inclusão social, de distanciar os jovens da criminalidade, de auxiliar no resgate de populações mais carentes ao ambiente socioeducativo e criar oportunidades para cidadãos marginalizados. O governo do estado irá dedicar esforços concretos para servir a população dos benefícios de uma política pública séria, bem formulada e concretamente executada.

Face a essa complexa realidade multidimensional, as soluções a serem implementadas devem, igualmente, integrar as estruturas do estado para intervirem positivamente na melhoria da qualidade de vida de nossos cidadãos. O governo deve atuar, de maneira integrada e articulada, com seus diversos órgãos públicos (de segurança pública, de trânsito, de infraestrutura etc.), com parceiros privados e do terceiro setor, para que a aplicação dos recursos públicos seja eficiente e efetiva.

É indispensável entender que a ação pública não mais se encerra nas fronteiras das organizações governamentais, mas se dá por meio de uma rede de atores diversos, articulados em torno de objetivos comuns, nesse caso para a melhoria dos indicadores relacionados ao cumprimento da política pública de saúde, visando entregar resultados concretos à população para melhoria significativa da qualidade de vida de todos.

O governo estadual tem um papel chave na busca por essas melhorias, pois pode dialogar com o governo federal na busca de mais recursos para nosso estado, além de interagir de maneira construtiva com os gestores municipais para, somando esforços, tratarem com a devida prioridade e seriedade os problemas da população.

Serão direcionadores da atuação do governo na saúde: (I) apoiar os municípios nas suas necessidades locais de atendimento no âmbito do SUS; (II) aportar recursos para assegurar o funcionamento do sistema

de saúde; (III) fomentar ações de gestão e administrativas para melhorar o atendimento às pessoas; (IV) enfrentar a situação de disparidade da distribuição de leitos hospitalares e de UTI disponíveis; (V) revisão do modelo e investimento na regionalização e descentralização dos serviços de saúde no estado; e (VI) Valorização e capacitação dos profissionais de saúde.

## ■ EDUCAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) preconiza, desde 1996, a educação brasileira como política pública com oferta universal no ensino fundamental e progressiva obrigatoriedade no ensino médio. Apesar dessa previsão legal, a universalidade ainda não foi alcançada e merece ter caráter de urgência e prioridade pela administração pública estadual. Na divisão de competências e responsabilidades na política de educação, é obrigação do governo estadual assegurar a viabilidade do ensino fundamental nos municípios e oferecer o ensino médio a todos que o demandarem. Para além dessas competências, Mato Grosso assumiu compromisso com o ensino superior, por meio da Unemat, e com o fomento da ciência e tecnologia com a Fapemat.

A educação infantil, como etapa inicial da educação básica, situa-se também na competência municipal, ficando a cargo do estado a elaboração e promoção de políticas públicas estaduais de fortalecimento dos municípios em seu desenvolvimento na área educacional. Há que se compreender o relevante papel que o ensino fundamental e médio desempenha como base da formação acadêmica de nossa sociedade. Os conhecimentos adquiridos nessa etapa devem preparar cada mato-grossense para a cidadania e os desafios do mundo do trabalho.

A educação deve ser compreendida como pilar fundamental para o desenvolvimento. Uma das principais metas para alcançar um Mato Grosso Melhor para as Pessoas deve ser a de continuar a ampliação de vagas na educação infantil, fundamental, no ensino médio e superior. Outro desafio fundamental que deve ser enfrentado diz respeito à permanência dos alunos na escola, pois os indicadores de conclusão das etapas da educação básica são preocupantes.

No ensino médio, é necessária a integração da educação básica e da educação técnico-profissional. A formação no ensino médio necessita de uma base unitária que permita diversas formações específicas, integrando o trabalho (formação profissional), a ciência (iniciação científica) e a cultura (acesso a bens culturais). Nossos jovens e adultos formados nessa perspectiva seguramente estarão mais preparados para os desafios e inserção no mercado de trabalho.

A posição que Mato Grosso ocupa atualmente no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) situa-se acima da média nacional e próxima da média regional. No ensino médio, no entanto, o estado tem um desempenho (3,2) muito inferior ao da média do Centro-Oeste e do Brasil (3,7).

Como na maioria dos estados do Brasil, é preciso elevar significativamente a qualidade do ensino para atender às novas exigências de uma economia cada vez mais globalizada e competitiva. Além de ampliação do acesso e da permanência na escola, a educação brasileira tem como seu principal problema a questão da aprendizagem, pois o sistema de ensino não tem conseguido alfabetizar adequadamente a maioria das nossas crianças em termos de aprendizagem de leitura, escrita e matemática no ensino fundamental.

Em grande medida, portanto, o futuro do estado de Mato Grosso depende, desde já, da melhoria do ensino fundamental, da alfabetização na idade certa, de modo que todos os estudantes tenham o domínio das indispensáveis habilidades de matemática, leitura e produção de texto. Nesse sentido, o governo deve ser parceiro dos municípios no sentido de atender 100% da população na primeira idade escolar com salas e espaços atrativos, capazes de mantê-los na escola até a conclusão do ensino médio. Este deve ser fruto de um planejamento de longo prazo específico para a área da educação, pois é desafio de Estado.

Em apoio a esse esforço e mediante colaboração com as esferas federal e municipal, o analfabetismo da população adulta deve ser enfrentado de imediato para resgatar aqueles que, no passado, ficaram à margem do sistema de educação. A colaboração de instituições de ensino públicas e o envolvimento de outras do setor privado ampliarão o esforço para garantir os resultados desejados na redução do analfabetismo, inclusive o funcional.

A educação profissional e tecnológica desempenha, por sua vez, papel estratégico para o desenvolvimento produtivo, competitivo e sustentável; por isso mesmo, é preocupante o fato de que Mato Grosso apresente uma carência muito grande no tocante à formação de mão-de-obra especializada para os setores agrícola, industrial, comercial e de serviços.

O Convênio do governo do estado com a União, no âmbito do “Brasil Profissionalizado”, para construção e implantação de uma rede de Escolas Técnicas Estaduais, não recebeu do atual governo o compromisso necessário: apesar de avanços na construção das escolas, poucos profissionais foram contratados para lecionar e administrar as unidades já construídas.

De imediato, é necessário planejar a educação profissionalizante no Mato Grosso, assegurando o provimento de profissionais concursados e qualificados na rede de escolas técnicas, assim como mobilizar parcerias com instituições privadas, de modo a ampliar a capacidade de educação profissionalizante e tecnológica para dar suporte às demandas dos arranjos produtivos locais e de cadeias produtivas em expansão nas diversas regiões do estado.

No ensino superior, Mato Grosso tem percentual de jovens que concluíram o ensino superior (15,3%) inferior à média do Centro Oeste (19,9%), sendo ultrapassado por Goiás (18,6%) e Mato Grosso do Sul (16,8%). O governo do estado deve direcionar seus esforços para além da gestão e fortalecimento da Unemat. A articulação com o governo federal é indispensável para prover Mato Grosso de novas universidades situadas em polos de desenvolvimento, como as regiões do “Araguaia” e do “Nortão”, a exemplo da recém-criada Universidade Federal de Rondonópolis. Ademais, manter diálogo constante com as instituições de ensino superior no sentido de estimular a criação de cursos de pós-graduação e o desenvolvimento de pesquisas orientadas para atender às demandas dos diversos arranjos produtivos e setores da economia mato-grossense.

Serão direcionadores da atuação do governo na educação: (I) assegurar o acesso a todas as crianças e jovens à escola e garantir a sua permanência, com a preocupação da manutenção idade/série; (II) valorização, formação e profissionalização de professores; (III) melhorar a qualidade do processo de alfabetização em todas as regiões do estado; (IV) melhorar a qualidade da gestão; (V) melhoria da infraestrutura das escolas, inclusive com novas tecnologias; (VI) ampliar a capacidade de educação profissionalizante e tecnológica; (VII) parceria com municípios para apoiar o desenvolvimento da educação fundamental e alfabetização de adultos; e (VIII) diálogo e articulação institucional para ampliar a oferta de ensino superior.

## ■ ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social, política pública não universal e de responsabilidade da União, dos estados e dos municípios, está dirigida a pessoas que se encontram em condições especialmente mais vulneráveis: crianças e adolescentes carentes, pessoas afligidas pela extrema pobreza, portadoras de necessidades especiais, gestantes e idosos sem condições de sustento ou apoio familiar, entre diversos outros grupos socioeconomicamente prejudicados. Com gestão, controle social e financiamentos definidos no Sistema Único de Assistência Social, a assistência social é reconhecida como direito do cidadão, imputando responsabilidade ao Estado no atendimento às populações vulneráveis.

A Constituição de 1988 estendeu direitos aos idosos e portadores de necessidades especiais por meio da instituição do BPC – Benefício de Prestação Continuada – no valor de um salário mínimo concedido mensalmente como benefício assistencial sem exigência de contrapartida contributiva.

Cumprir seu papel de gestão da rede regional, prestação dos serviços onde a demanda torna não recomendável a manutenção de unidades municipais, e o monitoramento e avaliação permanente da política pública no estado são tarefas diretamente vinculadas à atuação de um governo que se propõe a construir um Mato Grosso melhor para as pessoas. Busca, em essência, o compromisso de assegurar o cuidado mais dedicado e atencioso às parcelas mais frágeis de nossa sociedade, que têm, igualmente, direito à dignidade e aos direitos sociais dela decorrentes.

Cabe, ainda, financiar o pagamento de benefícios de prestação continuada (BPC), prestar auxílio técnico, financeiro e gerencial aos municípios e consórcios intermunicipais, especialmente em circunstâncias extraordinárias nas quais o interesse coletivo demande ações de caráter emergencial.

É importante, contudo, reconhecer que nossa realidade está muito aquém do desejado e aceitável para um estado rico como Mato Grosso. Por um lado, encontramos municípios como Lucas do Rio Verde, com níveis avançados de qualidade de vida (IDH-M de 0,785) e, por outro, situações como a de Campinápolis (IDH-M de 0,538), Nova Nazaré (IDH-M de 0,595) e Porto Estrela (IDH-M de 0,599), que demonstram urgente necessidade de atuação do governo do estado para a reconstrução de condições sociais dignas nos municípios mais carentes, de modo a enfrentar e reduzir as desigualdades.

Nesse sentido, os principais direcionadores da atuação do governo estadual na assistência social serão: (I) apoio aos municípios em suas necessidades de desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social; (II) fortalecimento do Conselho Estadual de Assistência Social como instrumento de controle social, garantindo participação e representação dos diferentes segmentos; (III) melhorar o atendimento às pessoas que necessitam dos benefícios de assistência social; e (IV) priorização das iniciativas com vistas a reduzir as desigualdades.

## ■ SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública está definida na Constituição de 1988 como dever do Estado, com o adendo de ser direito e responsabilidade de todos os cidadãos, voltada para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio. O estado, como unidade federativa, tem a prerrogativa de dar o “tom” do que será prioritário em relação ao enfrentamento das mazelas que a sociedade enfrenta no seu cotidiano.

Pensar segurança pública exige, de imediato, a compreensão de que os problemas da violência estão diretamente ligados às desigualdades sociais, históricas em nosso país, e atrelados à falta de políticas públicas que melhorem o índice de desenvolvimento humano nas áreas mais carentes. Atuar em segurança pública precisa estar integrado com investir em saúde, educação e qualificação profissional que permita ao cidadão buscar ascensão econômica e social por meio de seu próprio e legítimo esforço.

O modelo atual de segurança pública usa a polícia para fazer gestão da pobreza, pois encontra os criminosos dentre aqueles cidadãos que, por falta de qualificação adequada e oportunidades no mercado de trabalho, são estimulados a ingressar no crime como forma de suprir necessidades básicas e buscar alcançar padrões de consumo aceitáveis. É esse mesmo cidadão que termina por se tornar o “cliente” do aparato policial do Estado, tendo como destino o encarceramento.

Apesar de independentes, não se desenvolve um trabalho consistente e efetivo na segurança pública sem ter um olhar no sistema penitenciário. Esse deve cumprir seu papel, que é o de recuperar o cidadão para inseri-lo novamente na sociedade. Para isso, é necessária uma melhor estrutura das unidades prisionais,

aliado a projetos de ressocialização, como o da Fundação Nova Chance, em parceria com a sociedade. Projetos inovadores de educação técnico profissionalizante à distância aplicados em sistemas prisionais devem ser implementados, como parte da recuperação da capacidade de reinserção dos detentos no mercado de trabalho.

É evidente que a interação e integração de políticas e ações nas áreas de saúde, educação, qualificação profissional e segurança são requisitos para promover resultados efetivos na redução dos níveis de violência, sob pena de manter-se um modelo de alto custo econômico e baixo impacto social, cujas ações estão direcionadas à parcela mais pobre da população. Nesse sentido e por sua complexidade, as mudanças no sistema de segurança pública exigem diálogo e ampla discussão com a sociedade. Conforme bem definido constitucionalmente, a segurança pública é, também, responsabilidade de todos. Assim, são importantes as parcerias com a sociedade civil organizada, incentivando a atuação da polícia de proximidade, criando projetos voltados à polícia comunitária e fortalecendo os Conselhos Comunitários de Segurança (Conseg's) e as instituições do Terceiro Setor.

A ênfase na máxima “prender, julgar e punir”, como se a questão da segurança pública fosse mera questão de ações policiais e de direito penal, não é o caminho para resolver os alarmantes índices de violência na sociedade.

O atual modelo de segurança pública tem como característica a existência de duas polícias, uma ostensiva e outra investigativa, cuja função parece ser muito mais a de defender o Estado que de proteger o cidadão.

A segurança pública é uma questão central e deve ser tratada como uma demanda urgente, com um diagnóstico aprofundado, devendo integrar os diversos entes do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e a sociedade. O modelo atual apresenta alto custo econômico e baixo impacto porque, apesar dos esforços dos seus integrantes, não gera resultados para a sociedade, persistindo, por exemplo, elevado número de mortes e altas taxas de encarceramento.

Segundo o Mapa da Violência, Mato Grosso registrou, em 2016, 1.180 casos de homicídios (incluído latrocínios e lesão corporal dolosa seguida de morte), representando taxa de homicídios de 35,7 a cada 100 mil habitantes, superior à já elevada média nacional (30,3%) e a de Mato Grosso do Sul e Distrito Federal no Centro-Oeste. Desse total de homicídios cometidos em Mato Grosso, 516 ocorreram contra vítimas jovens (de 15 a 19 anos), faixa etária em que se registrou aumento de 20,8% no período 2006 a 2016.

Temos, em Mato Grosso, um quadro muito preocupante de violência contra a mulher. Em 2015, a taxa de homicídios de mulheres foi a maior do Centro-Oeste: 7,4 mortes por 100 mil mulheres, muito acima da taxa média nacional 4,4. Já em 2016, registraram-se ocorrências de atos violentos contra mulheres na margem de 1.448,1 por 100 mil mulheres. Em 2017, o Poder Judiciário em Mato Grosso expediu 8.846 medidas protetivas de urgência. Lamentavelmente, nosso estado, segundo o Monitor da Violência, alcançou a maior taxa de feminicídio do Brasil: 4,6 a cada 100 mil mulheres.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Mato Grosso apresentou 17.066 casos novos de violência doméstica em 2017 (10,5 por mil mulheres, 4º maior taxa no País).

Considerando que esses dados se referem, apenas, a processos que já tramitaram no sistema policial e jurisdicional, a realidade prática de violência contra a mulher é ainda mais alarmante.

Atualmente, o Estado e a sociedade evoluíram e o complexo sistema de segurança pública deve ser orientado para a proteção do cidadão. As polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros, a Perícia Oficial e o Sistema Prisional devem atuar em parceria e ter estratégias integradas e complementares. É ainda fundamental dispor de sistema de informações que possibilite a todos os órgãos de segurança acesso para subsidiar a tomada de decisão baseada em dados científicos e informações em tempo real, para otimização de pessoal e equipamentos, possibilitando a prestação de um melhor serviço de segurança ao cidadão,

com menor custo. É necessário avançar para um modelo voltado para a defesa do cidadão e com gestão orientada para resultados.

A questão das drogas não pode ser tratada somente com a repressão e vigilância. É importante a conscientização de que o tráfico de entorpecentes trabalha sobre demanda: sobrevive do usuário. Será preciso investir em políticas consistentes na área da prevenção, com atuação principalmente junto a população na faixa de 10 a 18 anos, e de tratamento, incentivando a criação de unidades de tratamento de dependentes químicos e incentivos à manutenção de comunidades terapêuticas.

Urge priorizar as políticas públicas com foco na prevenção e defesa da mulher vítima de violência doméstica, do menor de idade vítima de pedofilia e aos LGBTs nas unidades policiais e prisionais.

A capacitação dos profissionais de segurança pública é parte da solução para um governo que deseja o melhor atendimento para as pessoas. Além da formação, o profissional precisa durante toda a sua carreira ser capacitado, treinado e especializado, conforme forem definidas sua atuação, para poder oferecer um atendimento humanizado. Igualmente relevante ao considerar a natureza e relevância das funções desempenhadas, é essencial melhorar as condições de trabalho, como por exemplo com equipamentos de segurança adequados, assistência médica, seguro de vida, auxílio funeral, entre outros.

É preciso, também, registrar que os quase 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres do nosso País constituem atualmente o calcanhar de Aquiles da segurança pública em todo o Brasil. Dados do governo federal revelam que apenas 4% dessa imensa extensão é devidamente fiscalizada. Assim, as nossas fronteiras são uma porta aberta ao narcotráfico e ao contrabando de armas e munições que abastecem o crime organizado nas cidades grandes, médias e pequenas, em todas as regiões.

Com seus 720 quilômetros de fronteira terrestre, essa é uma questão absolutamente relevante para Mato Grosso e enfrentá-la, em conjunto com o governo federal e demais entes da federação, é dever do governo do estado. Nesse sentido, é prioritário reforçar a presença – militar e civil – do governo federal e estadual nessas áreas desguarnecidas e ameaçadas. Será fundamental melhorar a estrutura do Grupo Especial de Fronteira (Gefron), que integra as polícias civil e militar e atua com o Exército e a Polícia Federal, para desempenhar com mais efetividade sua função de guarnecer as áreas da extensa fronteira terrestre em Mato Grosso.

Duas providências são essenciais: de um lado, garantir a permanência dos servidores públicos do estado (policiais civis e militares) que colaboram com seus colegas da administração pública federal nessas áreas remotas e perigosas, assegurando remuneração adequada que contemple o pagamento de “adicional de fronteira”; e, de outro, promover o desenvolvimento socioeconômico da chamada “faixa de fronteira” – 150 quilômetros de largura, paralelamente à linha divisória terrestre do território nacional –, dinamizando a economia nesses espaços com a força do empreendedorismo rural e urbano (agropecuária, zonas de processamento de exportações – ZPE) e acelerando o processo de regularização fundiária.

O governo proativo, organizado e, sobretudo, que se faz presente em parceria com os municípios deve apoiar essas iniciativas, não apenas colaborando com o Exército Brasileiro, a Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e a fiscalização dos Ministérios da Agricultura e do Trabalho, mas também buscando parcerias com os governos central e locais do país vizinho.

Nesse sentido, os principais direcionadores da atuação do governo estadual na segurança pública serão: (I) atuação de forma integrada com as ações de saúde, educação e qualificação profissional; (II) investimentos em políticas e ações de prevenção do uso de drogas e tratamento dos usuários; (III) ampliação das ações de prevenção e defesa da violência contra a mulher, menores de idade e as minorias; (IV) valorização e capacitação dos profissionais de segurança e do sistema penitenciário, assegurando melhores condições de trabalho; (V) maior efetividade na proteção da extensa fronteira terrestre, em parceria com governo federal; (VI) ter sistema integrado de informações de segurança para tomada de decisão baseada em



dados científicos e informações em tempo real; (VII) realizar parcerias com a sociedade civil organizada, incentivando a polícia de proximidade, a polícia comunitária e fortalecendo os conselhos; e (VIII) melhorar a estrutura das unidades prisionais e prover, aos detentos, cursos técnico profissionalizantes à distância para ressocialização e reinserção no mercado de trabalho.

## ■ ATENÇÃO ÀS MINORIAS

Marcado pela origem diversificada de sua população, Mato Grosso necessita incluir em suas políticas ações efetivas que possam garantir os direitos de parcelas excluídas, como negros, índios, mulheres, idosos, crianças, portadores de necessidades especiais e pessoas com variadas orientações sexuais. Ações que possam garantir uma relação de paridade, equidade e justiça, onde as oportunidades sejam iguais para todos, promovendo a inclusão de grupos que, historicamente, não tiveram seus interesses representados no espaço do poder.

Para isso, o governo do estado deverá promover ações que estejam em harmonia com a visão e as necessidades dessas parcelas excluídas, já que é dever do estado coibir o tratamento diferenciado e implementar medidas que atenuem ou eliminem as desigualdades. Mais do que um dever do Estado, é uma preocupação de toda a população, fazendo parte da pauta de discussões nos meios de comunicação e grupos representativos da sociedade.

Portanto, é preciso assegurar que todas as pessoas possam participar – diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos – das discussões dos programas e ações afirmativas para redução das desigualdades, que incluam a proteção das pessoas vítimas de preconceito e discriminação e a promoção de um ambiente que se traduza na igualdade de oportunidade para todos.

Nesse sentido, os principais direcionadores da atuação do governo estadual na atenção às minorias serão: (I) garantir relação de paridade, equidade e justiça para promover inclusão de minorias nas políticas públicas; (II) implementar ações efetivas para assegurar o respeito aos direitos de minorias excluídas, como negros, índios, mulheres, idosos, crianças, portadores de necessidades especiais e pessoas com variadas orientações sexuais; (III) assegurar que todas as pessoas possam participar das discussões dos programas e ações afirmativas para redução das desigualdades e da discriminação.

## ■ REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A realidade da situação fundiária no Mato Grosso é crítica. Temos cerca de 160 mil propriedades em Mato Grosso, das quais 50% não tem título definitivo – sendo aproximadamente 60 mil de assentados do Incra e 10 mil do estado, além de outras 10 mil ocupações em glebas federais e estadual – distribuídos em cerca de 10 milhões de hectares.

Precisamos atuar firmemente junto ao governo federal para, em solicitação de delegação de competência e por meio de convênio de atuação conjunta, criar as condições necessárias para, com segurança jurídica, transparência e celeridade, avançar com os processos de titulação definitiva. Em paralelo, adotar medidas que reduzam as elevadas custas que os produtores rurais enfrentam com requerimentos e burocracia.

Ademais, milhares de famílias em áreas urbanas em diversos municípios se encontram na mesma situação. Será preciso estabelecer parcerias com os municípios para enfrentar a questão, analisando, sempre que possível e com as necessárias adequações no marco legal, a possibilidade de transferir de forma não onerosa o estoque urbano do estado para os municípios.

A titulação, na forma da lei, resulta em inserir porção relevante de propriedades no processo produtivo de Mato Grosso, imprimindo maior dinamicidade da economia, aumentando a renda e, por conseguinte, a

arrecadação de impostos, mas é, sobretudo, indispensável para assegurar direitos e vida digna as pessoas que hoje carecem dos registros de legalidade de suas propriedades.

Nesse sentido, os principais direcionadores da atuação do governo estadual na regularização fundiária serão: (I) inserção das propriedades no processo produtivo; (II) atuação junto ao governo federal para, com segurança jurídica, transparência e celeridade, avançar com os processos de titulação definitiva no meio rural; (III) estabelecimento de parcerias com os municípios para titulação do estoque urbano; e (IV) redução das custas com requerimentos e burocracia nos processos de regularização fundiária.

## ■ CULTURA

As dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura devem nortear o conjunto de programas e ações do governo estadual nessa área. A cultura tem papel fundamental como elemento integrador de nossa sociedade, na medida em que permite a realização e difusão de projetos diversos que expressam a pluralidade de quem somos em Mato Grosso, ampliando e democratizando o acesso e consumo dos bens de cultura pelos cidadãos. As ações culturais devem ser desenvolvidas de forma direta pelos órgãos de governo e com a participação de entes privados.

A dimensão simbólica considera que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos que se expressam em práticas culturais diversas como idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas, e também nas linguagens artísticas: teatro, música, artes visuais, dança, literatura, circo, etc.

A dimensão cidadã contempla o entendimento de que a cultura é percebida como um direito básico do cidadão. Assim, é preciso garantir que os cidadãos participem mais da vida cultural, criando e tendo mais acesso a livros, espetáculos de dança, teatro e circo, exposições de artes visuais, filmes nacionais, apresentações musicais, expressões da cultura popular, acervo de museus, entre outros.

A dimensão econômica considera a cultura como vetor rentável da economia, como um lugar de inovação e expressão da criatividade que faz parte do novo cenário de desenvolvimento produtivo, competitivo, sustentável.

Com o chamado CPF da Cultura, conjunto de leis e decretos que regulamentam Conselho, Plano e Fundo de Cultura, o modelo do incentivo fiscal foi extinto e se disciplinou um percentual crescente sobre a Receita Tributária Líquida do orçamento estadual para investimento em cultura, que estabelecia 0,3% em 2017; 0,4% em 2018 e projeção de 0,5% em 2019.

No entanto, o investimento previsto no Fundo Estadual de Cultura não logrou êxito, sendo anualmente inferior ao previsto na lei, causando atrasos no cumprimento de repasses financeiros contratados. Assegurar esse aporte é essencial para tratar a cultura como elemento integrador da sociedade plural que somos.

Nesse sentido, os principais direcionadores da atuação do governo estadual na cultura serão: (I) defesa e valorização do patrimônio cultural mato-grossense; (II) democratização do acesso aos bens de cultura; (III) valorização da diversidade das expressões culturais; (IV) fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; (V) cooperação entre entes públicos e privados; (VI) assegurar continuidade, frequência e escalabilidade da produção cultural; e (VII) articulação e parceria com municípios e governo federal para ampliar os investimentos em cultura em Mato Grosso.



***GESTÃO  
PÚBLICA  
EFICIENTE  
E EFETIVA***

A crise pela qual passa o país criou um cenário desafiador para governantes e gestores públicos nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. De um lado, um cenário de escassez estrutural de recursos e, de outro, as exigências cada vez maiores da sociedade por mais e melhores serviços. **Fazer mais do mesmo não resolve. É preciso fazer diferente.** Nesse contexto, aprimorar e modernizar a gestão pública tornou-se central para os governos. Não há gestão pública eficiente e efetiva sem a participação direta da população, primeiramente como porta-voz das demandas relevantes e, em seguida, como beneficiários de ações que visam corrigir as distorções afetas diretamente os menos favorecidos. A crise pela qual passa o país criou um cenário desafiador para governantes e gestores públicos nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. De um lado, um cenário de escassez estrutural de recursos e, de outro, as exigências cada vez maiores da sociedade por mais e melhores serviços. Fazer mais do mesmo não resolve. É preciso fazer diferente. Nesse contexto, aprimorar e modernizar a gestão pública tornou-se central para os governos. Não há gestão pública eficiente e efetiva sem a participação direta da população, primeiramente como porta-voz das demandas relevantes e, em seguida, como beneficiários de ações que visam corrigir as distorções afetas diretamente os menos favorecidos.

Os desafios de Mato Grosso são grandes e um de seus elementos centrais será a promoção de um modelo de gestão cada vez mais profissional e orientado a resultados, que decorre de criteriosa análise sobre o “estado da arte” dos paradigmas que têm suportado os processos de modernização da administração pública em vários países e em diferentes estados brasileiros. A análise das experiências brasileiras e os avanços alcançados sugerem que, apesar de relevantes, os esforços são ainda insuficientes para responder aos desafios que se apresentam à administração pública no país.

No caso de Mato Grosso, há mais ainda por fazer. É necessário, urgentemente, inovar nas práticas, visando torná-las mais efetivas perante os novos requerimentos do Estado, em especial no que diz respeito à qualidade das políticas públicas, eficiência do gasto público e desenvolvimento das equipes técnicas. O desafio é expandir a oferta de serviços públicos de qualidade, com maior produtividade do gasto.

Não basta governar o governo. É preciso governar a partir da sociedade, com a sociedade, para a sociedade e atento às demandas urgentes, mas também às necessidades das gerações futuras.

Nesse sentido, para uma gestão pública eficiente e efetiva, Mato Grosso necessita avançar com ênfase em: (I) governo moderno, profissional, orientado para resultados; (II) governo parceiro dos municípios; e (III) governo conectado.

## **Governo Moderno, Profissional, Orientado para Resultados**

A gestão pública moderna, mais profissional e orientada para resultados aprofundará práticas de gestão em desenvolvimento e implantará outras fundamentais para produzir uma gestão de governo eficiente e efetiva, contribuindo para a construção de um Mato Grosso mais produtivo, competitivo, sustentável e melhor em qualidade de vida para todos os seus cidadãos.

Os requisitos essenciais da modernização, profissionalização e orientação da gestão para resultados são: (a) Visão Estratégica de Estado, (b) Foco e Territorialização das Ações de Governo, (c) Gestão Ágil e Flexível, (d) Monitorar a Execução e Avaliar Resultados, (e) Desenvolver Equipes, (f) Atrair Líderes de Alto Desempenho, (g) Atuação em Parceria, e (h) Transparência e Controle Social.

### **a) Visão Estratégica de Estado**

Na Gestão Pública Efetiva e Eficiente, o processo de formulação estratégica e da definição das prioridades do governo são orientados pelas demandas dos cidadãos; ou seja, são formulados de “fora para dentro”, o que exige a identificação clara dos desafios a serem superados, traduzidos em resultados, metas e indicadores explícitos, associados às políticas públicas e aos projetos de governo.

O foco está em uma estratégia de Estado – e não apenas de um governo –, que contemple ações continuadas, reforçadoras e de aprofundamento da intervenção a cada período, construindo trajetórias estratégicas no caminho da Visão de Futuro que se deseja a Mato Grosso. O planejamento não deve se encerrar no período de um mandato governamental, ele precisa estar contextualizado em um objetivo maior e mais longo para que seja capaz de conduzir o estado a rota segura e sustentável de desenvolvimento.

A estratégia de Estado, para que se efetive, precisa estar vinculada e integrada aos instrumentos formais de alocação de recursos dos governos – os planos plurianuais e os orçamentos públicos. Esse é um desafio a ser enfrentado: o de fazer com que o planejamento anteceda e subordine, de fato, o orçamento e a alocação de recursos e torne a gestão alinhada às grandes prioridades do governo.

### **b) Foco e Territorialização das Ações de Governo**

Os programas e políticas de desenvolvimento geralmente são elaborados para alterar resultados como, por exemplo, aumentar a renda, melhorar o aprendizado ou reduzir doenças. Mas as carências a serem superadas e, por conseguinte, os resultados que se desejam alcançar não são homogêneos em um estado, seja nas suas regiões, seja entre os segmentos de sua população.

Compreender Mato Grosso passa por analisar com cuidado as partes que o constituem. Apenas com uma estratégia regionalizada e segmentada, com soluções customizadas, direcionadas às necessidades específicas de cada local e público, é possível reduzir as disparidades, colocando o estado por inteiro, todas as suas regiões e população, no caminho do desenvolvimento.

Definir uma estratégia com base nas potencialidades e fragilidades locais e na participação dos cidadãos, instituições e empresas de cada região tem inúmeras vantagens em relação a um modelo único voltado para todo o Estado e desenhado de cima para baixo. Ao estimular a participação dos cidadãos e dos entes municipais na formulação de soluções e resolução dos problemas específicos, surgem melhores soluções que, além de mais adequadas, são mais facilmente implementadas, o que leva a uma alocação mais eficiente dos recursos.

Por outro lado, também é importante manter uma visão integrada, sistêmica, que compreenda as interconexões dos esforços e busque maximizar ganhos de sinergia. É impossível tratar de segurança nos centros urbanos sem enfrentar a realidade das faixas de fronteiras; o mesmo na saúde, pois não é possível melhorar o atendimento à população de nossas cidades mais populosas sem prover melhores soluções para os municípios menores.

### **c) Gestão Ágil e Flexível**

O desafio é o da prontidão da ação de Governo. Atenção permanente e atuação proativa e em tempo hábil, tendo em vista as respostas às demandas da sociedade. Isso requer a incorporação de forte senso de urgência, adoção de caráter empreendedor, proximidade da ação gerencial e capacidade de decisão.

A adoção do princípio da responsabilização será disseminada na estrutura de governo, promovendo a alocação das atribuições, dos desafios e dos poderes de decisão cabíveis a pessoas físicas e não apenas a órgãos ou a cargos genéricos. Deve-se prezar por autonomia dos gestores públicos e o reforço do trabalho em equipe e de natureza matricial, em contraposição à verticalidade e à rigidez da burocracia clássica é a premissa nesse campo.

### **d) Monitorar a Execução, Avaliar Resultados**

O “fazer acontecer” no âmbito de uma gestão moderna, profissional e orientada para resultados, que, em resumo, seja eficiente e efetiva, implica o estabelecimento de práticas de monitoramento, como um processo contínuo e simultâneo ao gerenciamento, tendo como objetivo provocar decisões necessárias para superar os obstáculos e problemas que ocorram durante a execução das ações.

Não se trata, portanto, do acompanhamento tradicional dos programas governamentais, mas de antecipar e provocar as decisões que removam os obstáculos à execução, sejam de natureza técnica, financeira ou política. Isso significa identificar as melhores opções para superar os problemas antevistos, acionar as instâncias de decisão mais elevadas com informações de qualidade, propositivas e, se possível, antecipatórias às dificuldades para as resolver o mais prontamente possível.

A avaliação é outro aspecto relevante para garantir eficiência e efetividade na gestão pública. Avaliar significa comparar o esforço realizado com a demanda e a satisfação do cidadão, adequando crescentemente os programas e projetos à expectativa da sociedade.

Mais relevante ainda é a avaliação dos impactos das políticas públicas e dos programas e projetos estratégicos para averiguar se, de fato, a transformação se deu na realidade do público-alvo da ação do Estado. São ainda raros no Brasil, e mais ainda em nosso Mato Grosso, as avaliações que identifiquem os custos, resultados e público atendido por cada uma das políticas estratégicas.

### **e) Desenvolver Equipes**

A implantação da gestão moderna, profissional e orientada para resultados exige mudanças significativas na gestão de pessoas. O servidor público dedicado a servir o cidadão orienta suas ações e atitudes para o atendimento às demandas da sociedade. A elevação substantiva da qualificação das pessoas, sobretudo gerencial, no âmbito público requer reinventar os programas de capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores, dando a eles a formação necessária para a execução das ações governamentais sob nova ótica, na qual as suas atividades são redefinidas em função da evolução dos desafios a serem enfrentados no atendimento às demandas da sociedade.



No aspecto gerencial, deve-se incorporar práticas como a formação ampla e continuada de gestores públicos e a realização de avaliações de desempenho individuais e em equipes para subsidiar planos de desenvolvimento gerenciais, que possam, além do aprendizado das ferramentas e dos métodos de gestão de projetos e processos orientados a resultados, estimular a capacidade criativa de resolução de problemas, a visão antecipada de restrições e a atitude proativa requerida na gestão intensiva.

#### **f) Atração de Líderes de Alto Desempenho**

Um importante fator propulsor da mudança é a seleção e alocação de lideranças e talentos gerenciais selecionados e de alta capacitação nos postos-chave para a execução das ações estratégicas de governo, com profissionalismo e transparência.

Seja por meio de seleção e alocação de servidores talentosos e com capacidade de liderança em postos importantes da estrutura governamental, nos órgãos de coordenação e planejamento das secretarias setoriais que conduzem grande parte dos projetos, ou mesmo no mercado privado em programas concebidos especificamente com o objetivo de atrair, mesmo que temporariamente, para o ambiente da administração pública, profissionais capacitados e treinados. Colocar os profissionais mais adequados nas funções mais apropriadas para a execução da estratégia, sobretudo nos postos gerenciais, requer práticas de recursos humanos pouco presentes na gestão pública atual.

#### **g) Atuação em Parceria**

Nesse novo modelo de gestão pública, é fundamental o conceito de ampliação dos atores na prestação de serviços públicos, que se estabelece por meio de parcerias com o governo federal, os municípios, o setor privado e o terceiro setor. Entre eles, o instrumento de parcerias público-privadas, tanto em projetos de investimento quanto na prestação do serviço propriamente dito.

O setor privado pode ajudar na viabilização de projetos de interesse do estado, por meio de parcerias público-privadas. Do mesmo modo, as entidades do terceiro setor, que realizam atividades classificadas como de interesse público e, portanto, podem oferecer importantes contribuições para alcançar os resultados pretendidos pelo Estado para a sociedade. Na gestão moderna, profissional e orientada para resultados, a ação pública não mais se encerra nas fronteiras das organizações governamentais, mas se dá por meio de uma rede de atores diversos, articulados em torno de objetivos comuns.

#### **h) Transparência e Controle Social**

Os desafios atualmente colocados à ação do Estado, através da implementação de suas políticas públicas, têm assumido elevado grau de complexidade e, conseqüentemente, exigem respostas capazes de considerar toda a diversidade e multiplicidade das variáveis, setores e atores envolvidos.

Responder aos atuais desafios da gestão pública demanda a adoção de abordagem que promova a colaboração e a articulação, transversal e multissetorial, das entidades públicas envolvidas e busque sua integração com as instituições e atores da sociedade.

Para tanto, é necessário estabelecer mecanismos de articulação e de decisão intragovernamental e interinstitucional que suporte e dê transparência, *accountability*, a execução compartilhada dessas políticas.

Tão importante quanto a integração das organizações públicas e privadas, executoras das ações e políticas, é a necessidade de estabelecer mecanismos de comunicação com a sociedade, para apresentar, não só

os resultados alcançados e os meios empregados para o seu alcance, mas também para estabelecer contato direto e em tempo real com o cidadão na ponta. Nesse sentido, a evolução das tecnologias de informação e comunicação – TICs – abre espaço para a diversificação de canais e meios para prestação de contas à sociedade.

De fato, a legitimidade dos governos passa pela necessidade de submeter as suas propostas a um processo amplo de negociação, envolvimento e comunicação permanente com os poderes formais constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), assim como com segmentos representativos da sociedade civil organizada. A participação ativa e transparente da sociedade contribuirá para conferir maior transparência e fortalecerá o controle social da ação do Estado.

## **Governo Parceiro dos Municípios**

Os municípios de Mato Grosso passam por momento de extrema dificuldade. É exatamente no município que o cidadão mora, onde as pessoas precisam de saúde, educação, pavimentação urbana, iluminação pública, praças, áreas de lazer, esporte, cultura e serviços na área social para inclusão produtiva das famílias mais carentes.

Entretanto, o pacto federativo vigente penaliza as cidades: a cada R\$ 100 arrecadados em impostos no Brasil, R\$ 66 vão para o governo federal, enquanto os estados ficam com R\$ 20 e os municípios com pouco mais de R\$ 10.

No caso de Mato Grosso, a situação é ainda mais crítica, pois os atrasos nos repasses do atual governo aos municípios, prática que se repetiu desde o início da gestão, criou dificuldades para as prefeituras, onde os gestores, além de já receberem a menor parte do que é arrecadado no Brasil, ainda encontram o governo do estado ausente.

Apenas para especificar a saúde, existem restos a pagar remanescentes de 2016, 2017 e 2018. Ao longo da atual gestão, tivemos momentos em que os repasses da saúde, do transporte escolar, do FETHAB e do ICMS estavam atrasados para os municípios, ou seja, os quatro repasses obrigatórios por parte do Estado não estavam sendo cumpridos, prejudicando consideravelmente as finanças municipais. Pode-se traduzir esse cenário em palavras claras e diretas: prejudicando os cidadãos e cidadãs que vivem, trabalham e produzem nos municípios.

Nessa situação, as prefeituras deixaram de atender a inúmeras demandas importantes para os cidadãos em face da ausência do compromisso do governo atual.

Na saúde, os procedimentos de média e alta complexidade, que são de responsabilidade do estado e do governo federal, estão sendo suportados, em grande medida, pelos municípios.

Nas estradas, as pontes acima de 12 metros, que são de responsabilidade do estado, estabelecida na lei que criou o Fethab, não receberam do atual governo os serviços de manutenção, e coube aos prefeitos reformarem quase mil pontes nos últimos três anos sem receber recursos para a execução dessas obras.

Além dos repasses atrasados e da falta de cumprimento nos serviços obrigatórios, o que mais nos preocupa é a falta de diálogo do atual governo com a grande maioria dos prefeitos, com a associação que representa os municípios – a AMM (Associação Mato-grossense dos Municípios) – e com os diversos setores representativos da sociedade.

O governo tem o dever de estar próximo dos cidadãos, cujos interesses em uma democracia se fazem representar por seus representantes nos legislativos estadual e federal, mas, sobretudo, pelos principais

gestores dos municípios: os prefeitos. Ou seja, a melhor forma de conferir maior agilidade, eficiência e efetividade às ações de governos estaduais é manter uma atitude municipalista.

Assim, um governo aberto ao diálogo, disposto a construir parcerias e trabalhar em conjunto com a sociedade necessita manter proximidade permanente com os prefeitos, os consórcios intermunicipais e as entidades representativas, para ouvir as demandas da sociedade, identificar os problemas locais e, em conjunto, buscar as soluções para os entraves que afetam a vida cotidiana dos cidadãos. Parcerias com a Federação e Associações Comerciais e Empresariais podem ser estimuladas como canais para que políticas públicas cheguem a todos os municípios do estado.

Mato Grosso precisa de mudança, precisa de um governo diferente, parceiro dos municípios e próximo das pessoas. Mato Grosso exige um governo que cumpra suas obrigações, honrando com regularidade os repasses aos municípios. Mato Grosso precisa de gestão eficiente e efetiva, com planejamento, transparência e visão de futuro para promover o desenvolvimento que beneficia a todos.

Nosso estado tem tido recorrentes resultados expressivos de crescimento da economia (PIB anual) e da arrecadação. Não há crise que possa esconder as ineficiências da gestão estadual.

Com planejamento e gestão eficiente e efetiva, as visíveis desigualdades regionais serão enfrentadas e reduzidas, com políticas públicas indutoras de um novo ciclo de desenvolvimento econômico e humano, fomentando a industrialização, a verticalização e diversificação econômica para gerar mais empregos e renda.

O governo deve fazer parcerias com os municípios e os consórcios intermunicipais em políticas públicas de apoio à capacitação da mão de obra, de preparação de ambiente de negócio favorável à instalação de novas indústrias, fomentando o desenvolvimento das cadeias produtivas, preferencialmente nos municípios menos desenvolvidos, para estimular a diversificação econômica e o crescimento dessas regiões, reduzindo as inaceitáveis desigualdades com as quais estamos convivendo.

Também importante o papel do governo de trabalhar de forma séria na captação de recursos nacionais e do exterior e na atração de investimentos para projetos que sejam, ao mesmo tempo, prioridade dos municípios e coerentes com os eixos de desenvolvimento “Mato Grosso Produtivo, Competitivo, Sustentável” e “Mato Grosso Melhor para as Pessoas”.

A modernização da gestão pública, para que seja eficiente e efetiva, entregando resultados que beneficiem diretamente a sociedade, não pode ser desafio somente do governo do estado. Em parceria com a AMM, será necessário prover os municípios, em particular os menores, de metodologias e instrumentos de gestão, associados à capacitação de gestores e servidores públicos municipais.

## **Governo Conectado**

O Estado de Mato Grosso possui características únicas que criam um desafio para um governo comprometido com sua população. Sua enorme área territorial, repleta de áreas verdes, torna difícil a chegada de sinal de internet de boa qualidade em determinadas localidades. Isso faz com que, atualmente, com a cada vez maior digitalização dos serviços públicos, esses locais sejam prejudicados com demoras e transtornos que não afetam os moradores de grandes centros. É necessário avançar na conectividade em todas as regiões do estado para permitir acesso de qualidade, rápido e estável à internet.

A internet tornou-se parte de nossas vidas e cabe a um governo compromissado com a população assegurar serviços de melhor qualidade, por meio de um governo eletrônico eficaz, completo, em que cada pessoa perceba que o governo se importa com ela e, assim, tenha atendidas suas principais necessidades

pelo seu celular. Investir em serviço público mais digital que facilite a vida das pessoas e empresas em seu relacionamento com o poder público.

O Estado de Mato Grosso andou para trás nos últimos anos em muitos aspectos. Um deles foi naquilo que o mundo todo caminha a passos largos para o futuro: o atendimento eletrônico ao cidadão. Atualmente, é mandatório dispor de plataforma digital na qual o cidadão possa resolver suas demandas por serviços e atendimentos. Ter um sistema organizado e eficaz online é também ferramenta de eficiência, pois há significativa diferença de custos para o estado entre um atendimento presencial e um digital, permitindo ao governo investir mais no cidadão.

A light green outline map of Brazil is centered on the page. The text 'CONSIDERAÇÕES FINAIS' is written in white, bold, italicized capital letters across the middle of the map.

# ***CONSIDERAÇÕES FINAIS***

Este documento de Propostas para a verdadeira mudança visando construir o MATO GROSSO MELHOR PARA TODOS, além de cumprir a formalidade estabelecida na legislação eleitoral, é um ponto de partida para a necessária e oportuna reflexão sobre o futuro de Mato Grosso.

Durante a campanha eleitoral, de forma ampla e democrática, vamos dialogar com os cidadãos e certamente cada participação irá enriquecer esta proposta, com as sugestões e contribuições dos mato-grossenses.

O futuro não está dado e só será bem construído se for uma obra do conjunto da sociedade, que tenha a participação de todos por meio do diálogo, das parcerias e do trabalho, com planejamento rigoroso que nos ajude a priorizar as ações mais relevantes e transformadoras e tenha foco no bem-estar dos cidadãos e cidadãs.

Está nas mãos de Deus e da nossa gente a oportunidade de ter um governo próximo das pessoas, orientado à luz da democracia e do respeito à pluralidade de quem somos, para construir um grande futuro, onde tenhamos efetivamente um **Mato Grosso Melhor para Todos.**



A light green outline map of Brazil is centered on the page. The text is overlaid on the map.

***ANEXO***

***Propostas  
de Ações  
Essenciais***

## **MATO GROSSO PRODUTIVO, COMPETITIVO, SUSTENTÁVEL**

- Buscar soluções eficientes em infraestrutura para diminuir gargalos de logística e armazenagem.
- Implementar projetos de transporte que observem a viabilidade econômica e a utilização integrada dos modais disponíveis.
- Requalificar a malha rodoviária estadual para oferecer mais segurança aos usuários e ampliar a capacidade de tráfego de passageiros e cargas.
- Melhorar as condições de navegabilidade das hidrovias e desenvolver parcerias com a União e estados contíguos para a mais qualificada utilização e preservação dessas rotas.
- Restaurar o transporte ferroviário, com projetos de revitalização, estruturação e expansão que estimulem seu melhor uso.
- Preconizar a regularidade técnica, sustentabilidade, segurança jurídica e probidade da gestão dos projetos públicos, cuja execução deve estar em conformidade com a legalidade e o interesse público; e determinar que obras e serviços públicos de engenharia sejam acompanhados, desde os editais até o recebimento das obras, por profissionais técnicos habilitados.
- Retomar e concluir obras inacabadas, em parceria com governo federal e municípios.
- Desenvolver a capacidade produtiva da mão-de-obra e requalificar aqueles à margem do mercado de trabalho, para atender às demandas dos setores econômicos.
- Articular e realizar ações coordenadas entre instituições federais, estaduais e privadas do ensino técnico e superior, bem como com o Sistema “S”, para alinhar a oferta de cursos às demandas e vocações regionais.
- Construir parcerias com as universidades, bem como com o Sistema S, para a requalificação dos profissionais que estão fora do mercado de trabalho e ampliação da capacitação técnico-profissionalizante, considerando métodos presenciais e virtuais de aprendizado.
- Verticalizar e diversificar a produção e atrair empresas dos segmentos de produtos intermediários do agronegócio, como adubos, fertilizantes, defensivos, máquinas e implementos agrícolas.
- Promover o fortalecimento das marcas regionais, em âmbito nacional e internacional, e o desenvolvimento de produtos diferenciados, inclusive por meio do cooperativismo.
- Oferecer aos pequenos produtores da agropecuária familiar oportunidades de desenvolver suas atividades com acesso ao crédito e apoio tecnológico.
- Realizar zoneamento econômico-ecológico das áreas com potencial de exploração mineral, desenvolver a atividade mineradora e fomentar a participação das cooperativas de garimpeiros, de modo a garantir melhor distribuição de renda na atividade.
- Favorecer e fortalecer a ciência, a modernização tecnológica e a inovação, com a constituição de um ambiente favorável ao progresso do conhecimento, atuando na constante busca por intercâmbios e parcerias com renomadas instituições de pesquisa.
- Concretizar política para inovação a partir das contribuições das instituições de ciência, pesquisa e tecnologia, setores produtivos e academia, de modo a estabelecer, no planejamento estadual, ações que favoreçam a inovação no âmbito da economia de Mato Grosso e na gestão e prestação de serviços à população.

- Reformular a política estadual de sustentabilidade ambiental com a participação ativa da sociedade mato-grossense (universidades, setor produtivo, trabalhadores, municípios), focada na valorização e recuperação dos ativos ambientais dos três biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal.
- Estabelecer política efetiva de sustentabilidade, para fortalecer atividades e setores da economia que tenham como meta a melhoria e defesa da qualidade ambiental urbana, rural, e do meio natural tais como reciclagem, produção e comercialização de orgânicos, tratamento do lixo, turismo rural, modernização industrial, eficiência energética, reflorestamento e outras.
- Desenvolver o potencial de ecoturismo, em especial nas regiões do Pantanal, Chapada dos Guimarães, Nobres, Jaciara, Barra do Garças e Floresta Amazônica.
- Estabelecer parcerias entre órgãos e entidades responsáveis pelo licenciamento ambiental dos empreendimentos da área de infraestrutura, visando adequar competências para promover maior eficiência e celeridade dos processos e assegurar a sustentabilidade dos empreendimentos.
- Estimular projetos de produção orgânica junto à agricultura familiar, em especial hortifrutigranjeiros, para geração de maior renda e atendimento à demanda local crescente.

## **MATO GROSSO MELHOR PARA AS PESSOAS**

- Assumir, na saúde, postura proativa na retomada do atendimento de qualidade à população, com ênfase em resultados que beneficiem as pessoas.
- Concretizar política de atenção básica e descentralizada dos serviços de saúde, articulando com os municípios a gestão integrada, incentivando os consórcios intermunicipais, com estabilidade no financiamento estadual, investimento e priorização do interesse dos cidadãos.
- Amparar os municípios mais carentes, buscando a redução das desigualdades regionais, para promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas.
- Revitalizar ações de cuidado preventivo da saúde e vigilância sanitária, com especial atenção para nossas crianças, para as gestantes, para pessoas portadoras de necessidades especiais e doenças crônicas e para os idosos.
- Fortalecer o atendimento de saúde emergencial e atuar diretamente na melhoria da gestão do atendimento de alta complexidade, com a realocação e melhor utilização de recursos públicos, para integrar as diversas áreas do atendimento à saúde.
- Capacitar gestores e profissionais da saúde para a melhoria da qualidade do atendimento.
- Estabelecer política efetiva de combate às drogas, com ações preventivas nas escolas, ações de acolhimento e assistência social, desintoxicação e recuperação das pessoas com dependência química, em coordenação com os órgãos de segurança pública.
- Atuar, efetivamente, na melhoria do tratamento das pessoas que necessitam dos benefícios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), investindo na dignidade dos cidadãos.
- Desenvolver a educação básica para que as crianças estejam alfabetizadas até o 3º ano do ensino fundamental, com domínio das habilidades de leitura, escrita e matemática.

- Capacitar gestores e profissionais de educação e melhorar a estrutura física das escolas para proporcionar dignidade, conforto, segurança, acessibilidade e recursos didático-pedagógicos compatíveis com a oferta de uma educação de qualidade.
- Ampliar, progressivamente, o ensino integral e aproximar o ensino médio da educação profissionalizante, realizando convênios com o governo federal para oferecer melhorias na educação e desenvolvimento tecnológico e científico.
- Tornar os serviços de segurança pública presentes no cotidiano da população, de maneira qualificada e colaborativa, e integrar o sistema de segurança pública do estado aos consórcios intermunicipais, com ênfase na redução da violência.
- Adequar e modernizar os órgãos de justiça e segurança pública estaduais, de maneira a fomentar sua atuação coordenada, complementar e colaborativa, além do adequado compartilhamento de informações.
- Aproximar a política de segurança pública dos demais âmbitos de atuação da administração estadual – saúde, educação, saneamento, desenvolvimento urbano e habitação, utilização das áreas rurais, entre outras – com vistas à prevenção e redução da violência.
- Capacitar, reconhecer e valorizar os servidores do sistema de segurança pública para dar melhor condição de trabalho assegurando qualidade de vida.
- Valorizar, fortalecer e capacitar os conselhos comunitários de segurança e os conselhos de comunidade, aproximando a sociedade e estabelecendo diálogo contínuo na segurança pública.
- Articular ações de fiscalização das fronteiras terrestres com o governo federal; apoiar o combate ao crime organizado e ao tráfico de armas, drogas, pessoas e mercadorias; e melhorar a estrutura do Grupo Especial de Fronteira.
- Incentivar os municípios a assumirem papel de cogestores da segurança pública, com a criação, estruturação e fortalecimento institucional das guardas civis municipais.
- Colaborar para a reestruturação do sistema penitenciário para que cumpra suas funções essenciais de ressocialização dos apenados e preventiva de crimes e contravenções.
- Respeitar as minorias e incluir, nas políticas de governo, ações efetivas para garantir os direitos de parcelas excluídas, como afrodescendentes, índios, mulheres, idosos, crianças, portadores de necessidades especiais e pessoas com variadas orientações sexuais.
- Contemplar, na promoção da cultura, as expressões e linguagens artísticas com respeito à diversidade – tradição e contemporaneidade, cultura popular e erudição, regionalismo e universalidade.
- Municipalizar políticas, projetos e programas culturais; e promover modelo de gestão compartilhada na cultura, com transparência e participação da sociedade civil, para a valorização, proteção, preservação e revitalização de nosso patrimônio histórico-cultural e artístico, material e imaterial.

## **GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE E EFETIVA**

- Implementar modelo de gestão pública moderna, profissional e orientada para resultados que beneficiem diretamente a população.
- Aumentar o comprometimento do setor público e expandir a oferta de serviços públicos qualificados, de modo a produzir resultados para o benefício da sociedade.

- Aprimorar as políticas de gestão de pessoas, profissionalizar gestores, desenvolver lideranças e promover um ambiente favorável ao trabalho em equipe na administração pública.
- Valorizar os servidores públicos, investindo no seu desenvolvimento, capacitação e profissionalização, respeitando os direitos legalmente constituídos para as carreiras públicas, com a valorização dos profissionais técnicos, como engenheiros, agrônomos, profissionais da área tecnológica, educadores e profissionais de saúde e da segurança pública, entre outras carreiras.
- Atualizar e fazer cumprir o Código de Ética e de Conduta no Setor Público.
- Estimular o controle e a participação social por meio de maior transparência da gestão pública, fortalecendo as instâncias de participação e os canais de diálogo com a população.
- Desenvolver projetos que tragam inovação ao serviço público e reduzam o desperdício.
- Manter-se receptivo e proativo na formação de parcerias de interesse do estado com os demais entes públicos, com o setor privado e com instituições do terceiro setor.
- Investir na melhoria da qualidade, transparência, rapidez e redução da burocracia nos serviços públicos, avançando na modernização e digitalização dos processos.
- Ampliar o Governo Eletrônico para aproximar a administração pública da sociedade civil, estabelecendo a plataforma digital como meio de relacionamento e interatividade do governo com os cidadãos.
- Liderar a articulação para ampliar as compensações por renúncias tributárias destinadas ao incentivo às exportações e pelos repasses financeiros aos municípios.
- Apoiar a modernização da gestão pública municipal, por meio de capacitação e prestação de serviços de assessoramento aos municípios, visando melhorar o planejamento e a elaboração dos planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamento anual (PPA, LDO e LOA).
- Restabelecer o equilíbrio das contas públicas e a responsabilidade fiscal, fortalecendo a gestão orçamentária por meio da qualificação dos gastos e melhoria das receitas.
- Aperfeiçoar os sistemas de arrecadação, de gestão da fiscalização e de recuperação de créditos tributários, modernizar o fisco e reduzir o custo de cumprimento das obrigações fiscais para os contribuintes.
- Estabelecer agenda para atração de novos empreendimentos produtivos que gerem emprego e, gradualmente, reduzam os incentivos fiscais.
- Recuperar a capacidade de investimento do estado, por meio da adequação e racionalização do uso dos recursos públicos e monitoramento permanente das despesas correntes.
- Selecionar uma carteira de investimentos estruturantes, estratégicos, capazes de potencializar a atividade econômica e suas receitas futuras.
- Atuar nas negociações com o governo federal e Congresso Nacional sobre a reforma tributária, com fundamento em estudos técnicos e construção de alternativas que fortaleçam as receitas de Mato Grosso.
- Estabelecer escritório de projetos compartilhado com os municípios, provendo conhecimentos técnicos e metodologia necessários à estruturação, gerenciamento e monitoramento de projetos e assessoramento para a captação de recursos federais e no exterior.
- Prover os municípios, em parceria com a Associação Mato-grossense de Municípios (AMM), de metodologias e instrumentos de gestão, associados à capacitação de gestores e servidores públicos municipais.





**COLIGAÇÃO**  
**A FORÇA DA UNIÃO**

*PR, PV, PRB, PCdoB, PP, PTB, PT, PMN, PROS, PODEMOS*

